

M. F. F. F.
Amador

Relatório e Contas

2016



CAR Anadia



CAR Caldas da Rainha



CAR Golegã



CAR Montemor-o-Velho



CAR Nazaré



CAR Pêro Pinheiro



CAR Podão - Vila Nova de Foz Côa



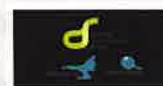
CAR Rio Maior



CAR São Jacinto - Aveiro



CAR Viana do Castelo



CAR Vila Nova de Gaia



CAR Vila Real de Santo António



INSTITUIÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA (D.R. nº236, II Série de 5 de Dezembro de 2013)

Sede - Complexo Desportivo de Rio Maior, Apartado 2 - EC Rio Maior, 2040-998 Rio Maior

Rua Doutor Alfredo Magalhães Ramalho, 1 - 1495-165 Algés

T (+351) 217 820 119/20 | F (+351) 217 820 121 | E geral@fundacaodesporto.pt

W www.fundacaodesporto.pt | Tw twitter.com/FDesporto | Fb facebook.com/fundacaodesporto

Índice

Capítulo I - Relatório e contas 2016	3
1.1. Introdução	3
1.2. Estrutura funcional	6
1.3. Quem somos	8
1.4. Organização interna e funcional – órgãos	9
1.4.1. Conselho de Fundadores	9
1.4.2. Conselho de Administração	11
1.4.3. Conselho Fiscal	12
1.4.4. Comissão Executiva	13
1.4.5. Comissão de Vencimentos	13
1.4.6. Gestão e administração	14
1.4.7. Estrutura Administrativa	14
1.5. Onde estamos	14
1.6. Missão	15
1.7. Projetos e atividades	17
Capítulo II - Atividade desenvolvida	19
Capítulo III - Modelo de Gestão e Coordenação dos Centros de Alto Rendimento	42
3.1. Comissões de Gestão Local	42
Capítulo IV - Contrato-programa de desenvolvimento desportivo - nº CP/159/DDF/2016	45
4.1. Objeto	45
4.2. Enquadramento	45
4.3. Contrato-programa	46
4.4. Comparticipação financeira	47

4.4.1. Apoio a eventos nacionais, internacionais e outros projetos desportivos	47
4.4.2. Programa de apoio aos Centros de Alto Rendimento	49
4.4.3. Projetos desportivos no âmbito da medida A1/FD/2016.	54
4.4.4. Apetrechamento e equipamento no âmbito da medida A2/FD/2016	57
Capítulo V - Projeto "INTERNACIONALIZAÇÃO DA REDE NACIONAL DE CAR DE PORTUGAL"	61
5.1. Enquadramento ao nível do Portugal 2020	61
5.2. Enquadramento ao nível do Compete 2020	61
5.3. Objetivos	61
5.4. Objetivos específicos	61
5.5. Arquitetura do projeto	62
5.6. Potencialidades do projeto	68
5.7. Orçamento do projeto	69
Capítulo VI - Execução orçamental e financeira	70
Capítulo VII - Demonstrações financeiras	74
Anexo	79
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	101
Relatório de Certificação Legal de Contas	102

Capítulo I

Relatório e contas 2016

1.1. Introdução

O ano de 2016 foi o segundo ano de exercício com a nova configuração da Fundação do Desporto conformada com a Lei-Quadro das Fundações e com a redefinição da sua natureza jurídica – fundação privada de interesse público. A partir de fevereiro de 2014 a Fundação do Desporto torna-se uma Fundação Privada com Utilidade Pública e com novas atribuições.

Com o apoio Governamental e da Administração Pública procedeu-se à redefinição e consolidação do modelo de gestão com vista à requalificação da Fundação do Desporto, devolvendo a confiança aos seus membros fundadores e captando novos membros curadores, atribuindo novas tarefas e missões concretas a esta estrutura, designadamente ao nível do apoio à gestão e administração dos Centos de Alto Rendimento, à cooperação externa e a implementação de estratégias e instrumentos que conduzam à diversificação das fontes de financiamento ao desporto.

A Fundação do Desporto, instituída por escritura pública em 26 de setembro de 1995 e reconhecida por portaria de 6 de fevereiro de 1996, após a aprovação das alterações propostas, foi classificada como “instituição de direito privado e utilidade pública”, com estatuto de utilidade pública confirmado pelo Despacho n.º 15859/2013, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 236, 5 de dezembro.

A Fundação do Desporto tem como “objeto social a promoção do desporto e do bem-estar físico”, apoiar o fomento e o desenvolvimento do desporto, particularmente no domínio da alta competição, bem como o apoio a eventos – a efetuar no país ou no estrangeiro – a praticantes desportivos, à realização de seminários, conferências e outras ações semelhantes tendentes a promover e divulgar o desporto português, como o fez desde a sua criação, em 1995.

O Estado Português esteve sempre representado na Fundação do Desporto através do Instituto do Desporto de Portugal, I.P., atual Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P.

Os Fundadores iniciais foram: o Estado Português, a Câmara Municipal da Maia, a RTP, a SONAE, EDP, GALP Energia, LACTOGAL, Portugal Telecom, Finibanco, MacCann Erikson, Black & Decker,

Sociedade Central de Cervejas e Bebidas, S.A., entre outras empresas do tecido nacional, bem como multinacionais com delegações em Portugal, assim como o Comité Olímpico de Portugal, Confederação do Desporto de Portugal.

No esforço de credibilização da Fundação novas empresas se associaram à Fundação, na qualidade de Curadores, investindo no desporto nacional, como disso são exemplo a Associação Mutualista Montepio, a Liberty Seguros, a Renault Portugal, a COSMOS Viagens e Turismo S.A. ou mesmo a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, o que muito nos engrandece.

A Fundação pretende, igualmente, nesta nova orientação estratégica trabalhar com cada parceiro, Fundador ou Curador, na definição da forma e dos termos, mutuamente mais vantajosos para que o Mecenaz possa retirar o melhor desta sinergia.

Um eixo principal da missão da Fundação do Desporto reside na captação de meios financeiros junto do tecido empresarial português, complementares ao que o Estado atribui.

Mais ainda, cabe à Fundação do Desporto a colaboração ao nível da cooperação externa (operacionalização dos protocolos de cooperação bilateral) - de acordo com o artigo 4.º dos Estatutos da Fundação do Desporto, "Objeto e atribuições", ponto número 5, "[A] Fundação pode articular com outros países no âmbito dos Centros de Alto Rendimento e outras ações de âmbito desportivo, em parceria com as entidades do Estado português responsáveis pela cooperação internacional" - estes tipos de iniciativas realizam-se em articulação com o IPDJ, I.P., uma das entidades do Estado português responsável pela cooperação internacional no âmbito do Desporto.

No desenvolvimento da sua missão a Fundação do Desporto desenvolve a sua articulação internacional com os diferentes países da CPLP (nove países), no espaço Lusófono (11 países), bem como do espaço ibero-americano (23 países).

O investimento na Fundação do Desporto permitirá que os nossos atletas, seleções e equipas de alto rendimento possam ter as melhores condições de preparação para as grandes competições internacionais, olímpicas e paralímpicas.

Os Estatutos atribuem como objeto e missão (Artigo 4.º, n.º(s) 3,4 e 5 respetivamente), a Coordenação Nacional dos Centros de Alto Rendimento, assumindo a responsabilidade de Entidade Nacional de Coordenação, tendo constituído, no seu seio, uma Comissão Executiva de



Alfagalo
Quilto

Gestão dos Centros de Alto Rendimento, por força da aplicação das diretrizes constantes do Modelo de Gestão e Viabilização dos Centros de Alto Rendimento submetido e aprovado pela gestão do Programa Operacional Temático de Valorização do Território, do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013, num esforço financeiro de 100 milhões de euros que urge rentabilizar.

Objetivamente cabe à Fundação do Desporto, no âmbito da Coordenação Nacional dos CAR a coordenação e orientação de políticas desportivas e de gestão a propor às Comissões de Gestão Local, unidades de gestão integradas, representativas das entidades e valências locais e responsáveis pela gestão diária destas infraestruturas especializadas.

De acordo com as novas competências estatutárias no domínio dos Centros de Alto Rendimento, a criação das Comissões de Gestão Local, foram um dos principais objetivos, e para o efeito, desenvolveram-se todos os esforços junto dos Municípios e Federações, para a sua constituição.

Neste eixo de ação cabe à Fundação do Desporto a captação e gestão do financiamento, bem como a organização e apoio à organização de eventos de natureza desportiva, apoiar os praticantes de alto rendimento que se constituam promessas e esperanças desportivas, potenciando, rentabilizando e multiplicando quer o financiamento do Estado para estes fins quer das diferentes entidades que apostam e investem no desporto, garantindo, também, a melhor rentabilização das infraestruturas de forma integrada.

Adicionalmente este organismo assumiu, também, a promoção internacional do desporto nacional a partir das medidas de incentivo do COMPETE 2020, para que equipas, seleções e praticantes de alto rendimento possam estagiar e preparar as grandes competições internacionais nestes CAR.

As finalidades prosseguidas por esta fundação, conforme previstas nos respetivos estatutos, apresentam um relevante interesse público, quer quanto à promoção e salvaguarda de condições necessárias ao desenvolvimento desportivo quer no que diz respeito ao pacto de crescimento inteligente, sustentável e inclusivo de acordo com a Agenda 2030, a Estratégia Europa 2020, bem assim como ao nível do seu contributo potencial para o cumprimento das metas definidas para os eixos prioritários do Portugal 2020, designadamente ao nível da promoção internacional da marca Portugal, através do apoio à realização de eventos desportivos internacionais, potenciando, de forma integrada e articulada, os investimentos realizados nos quadros comunitários anteriores.

1.2. Estrutura funcional

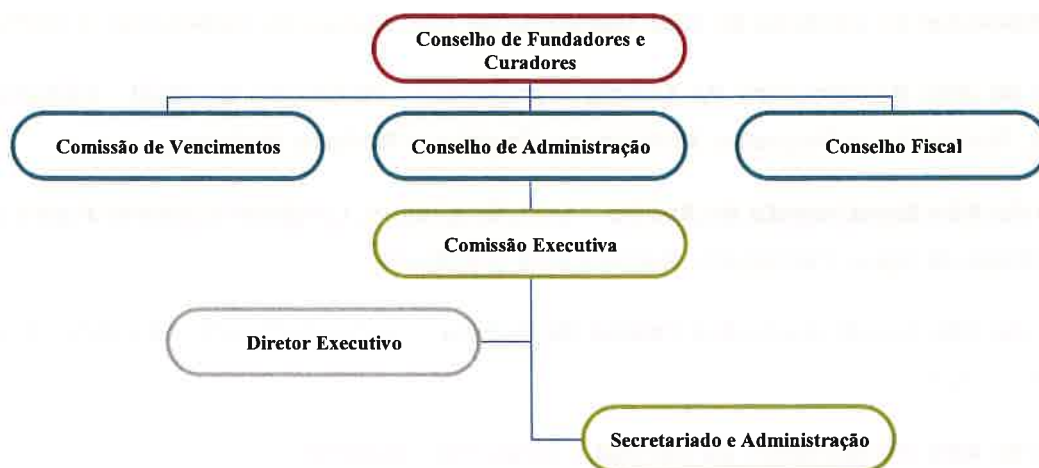


Fig. 1- Organograma da Fundação do Desporto.

Dentro das competências da Fundação encontra-se a Coordenação da Gestão dos Centros de Alto Rendimento.



Fig. 2 - Coordenação dos CAR na Fundação do Desporto.

A **Rede Nacional de Centros de Alto Rendimento** tem a seguinte constituição e valências:

- **Centro de Alto Rendimento de Anadia** (Sangalhos) - Velódromo Nacional - Ciclismo, Judo, Ginástica, Trampolins e Desportos Acrobáticos, Esgrima e Pentatlo Moderno;
- **Centro de Alto Rendimento de Aveiro** – Surf, Bodyboard, Longboard [potencial para integrar JetSki e Motas de Água, Canoagem, Remo e Vela (KiteSurf)];
- **Centro de Alto Rendimento das Caldas da Rainha** - Centro de Excelência e Alto Rendimento para o Badminton;
- **Centro de Alto Rendimento da Golegã** - Desportos Equestres;
- **Centro de Alto Rendimento da Maia** – Atletismo, Ginástica e Ténis.
- **Centro de Alto Rendimento de Montemor-o-Velho** - Centro Náutico - Canoagem, Natação (águas abertas), Remo e Triatlo;
- **Centro de Alto Rendimento de Peniche** - Surf, Bodyboard, Longboard [potencial para integrar JetSki e Motas de Água, Canoagem, Remo e Vela (KiteSurf)];
- **Centro de Alto Rendimento de Nazaré** - Surf, Bodyboard, Longboard [potencial para integrar JetSki e Motas de Água, Canoagem, Remo e Vela (KiteSurf)];
- **Centro de Alto Rendimento de Rio Maior** – Natação;
- **Centro de Alto Rendimento de Viana do Castelo** – Surf, Bodyboard, Longboard;
- **Centro de Alto Rendimento de Vila Nova de Foz Côa** (Pocinho) – Remo, Canoagem;
- **Centro de Alto Rendimento de Vila Nova de Gaia** - Taekwondo e Ténis de Mesa;
- **Centro de Alto Rendimento de Vila Real de St.º António** - Atletismo, Judo, Futebol, Triatlo e Natação.

A distribuição geográfica e territorial da Rede Nacional de Centros de Alto Rendimento é a que se segue:



Fig. 3 - Distribuição geográfica da Rede de Centros de Alto Rendimento.

1.3. Quem somos

A Fundação do Desporto integra membros instituidores, fundadores e curadores.

Membros Instituidores, Fundadores e Curadores

Instituidores/Fundadores



NSyH
Amplu

Quadro 1 – fundadores e curadores da Fundação do Desporto.

Membros Instituidores, Fundadores e Curadores	
- Estado Português – Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. – IPDJ, I.P. - Câmara Municipal da Maia - Comité Olímpico de Portugal - COP - Confederação do Desporto de Portugal - CDP - Rádio e Televisão de Portugal - RTP - Energias de Portugal - EDP	- SONAE – Sport Zone - GALP Energia, S. A. - Lactogal - Sociedade Central de Cervejas e Bebidas, S.A - Montepio Geral - Associação Mutualista/Finibanco
Curadores	
- Liberty Seguros - Renault Portugal, S.A.	- Cosmos Viagens e Turismo, S.A. - Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

1.4. Organização interna e funcional – órgãos

A Fundação do Desporto tem os seguintes órgãos sociais: Conselho de Fundadores e Curadores, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comissão Executiva Comissão de Vencimentos; Diretor Executivo e Estrutura Administrativa.

1.4.1. Conselho de Fundadores

É constituído por todos os membros Fundadores, em regime de paridades de voto. Elege, de entre os seus membros, um Presidente e dois Vice-Presidentes. Elege os Vice-Presidentes do Conselho de Administração e dois membros do Conselho Fiscal. Compete-lhe velar pelo cumprimento dos fins e princípios da Fundação.

Composição atual

Presidente

Eng.º António Gonçalves Bragança Fernandes, em representação da Câmara Municipal da Maia (Presidente da Câmara), NIPC 505387131, Praça Doutor José Vieira de Carvalho, 4470-202 Maia.

Vice-Presidentes

Dra. Sara Fortunato Rosa Gomes de Carvalho Ramos, em representação da EDP, EDP - Energias



Alf
Amfcl

de Portugal, S.A. (Conselho de Administração), NIPC 500697256, Praça Marquês de Pombal, 13 – 8º, 1250-162 Lisboa.

Dr. Ilídio Mateus do Rosário Trindade, em representação da Confederação do Desporto de Portugal – CDP (Secretário-Geral), NIPC 503042579, Rua Eduardo Augusto Pedroso, 11 - A, 1495-047 Algés.

Os restantes membros representam as Instituições e Empresas Fundadoras:

Mestre Augusto Fontes Baganha, em representação do Estado Português – Presidente do Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. – IPDJ, I.P., NIPC 510089224, Rua Rodrigo da Fonseca, nº 55, 1250-190 Lisboa.

Dr. José Manuel Marques Constantino da Silva, em representação do Comité Olímpico de Portugal – COP (Presidente), NIPC 501498958, Travessa da Memória, 36, 1300-403 Lisboa.

Dr. Carlos Manuel Pisco do Maio, em representação da Rádio e Televisão de Portugal, RTP S.A. (Conselho de Administração), NIPC 500225680, Av. Marechal Gomes da Costa, 37, 1849-030 Lisboa.

Comendador Manuel Albino Casimiro de Almeida, em representação da Lactogal – Produtos Alimentares, S.A. (Presidente do Conselho de Administração), NIPC 503183997, Rua do Campo Alegre, 830 - 5º, 4150-171 Porto.

Dr. Nuno Francisco Ribeiro Pinto de Magalhães, em representação da Sociedade Central de Cervejas e Bebidas, S.A. (Provedor e Diretor das Relações Institucionais), NIPC 511147236, Estrada Alfarrobeira, Apart. 15, 2626-851 Vialonga.

Dra. Mónica Cristina Pimentel Ferreira de Sousa, SDRS, Sports Division, SR, S.A., (Diretora de Marketing), NIPC 503646776, Rua João Mendonça, n.º 529, 4464-501 Senhora da Hora, Matosinhos.

Dr. Ricardo Manuel Pereira Paulo de Oliveira, em representação da Renault Portugal, S.A. (Diretor de Marketing), NIPC 500970602, Lagoas Park – Edifício 4, 2740-267 Porto Salvo.

Dr. Rodrigo Esteves, em representação da Liberty Seguros, S.A. (Diretor de Marketing Corporativo e Institucional), NIPC 500068658, Av. Fontes Pereira de Melo, 6, 1069-001 Lisboa.

Dr. Paulo Magalhães, em representação da Associação Mutualista Montepio Geral, NIPC 500792615, Rua do Ouro, 219/241 – 5º, 1122-806 Lisboa.

Eng.º João Manuel da Costa Monteiro Vieira Matias, em representação da COSMOS - Agência de Viagens e Turismo, S.A., NIPC 501786082, Rua Gonçalo Cristóvão, nº195, 4º andar, 4049-011 Porto.

Dr. Carlos Manuel Marta Gonçalves, Presidente do Conselho de Administração da Fundação do Desporto, nomeado pelo Primeiro-Ministro por disposição estatutária.

Instituições

- Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. – Mestre Augusto Baganha.
- Câmara Municipal da Maia - Eng.º António Bragança Fernandes.
- Comité Olímpico de Portugal (COP) – Dr. José Manuel Constantino.
- Confederação do Desporto de Portugal (CDP) – Dr. Ilídio Trindade.

Empresas

- RTP – Radio e Televisão de Portugal – Dr. Carlos Maio.
- Lactogal – Comendador Manuel Casimiro de Almeida.
- Sociedade Central Cervejas e Bebidas – Dr. Nuno Pinto de Magalhães.
- GALP Energia – Dr. Eduardo Guedes de Oliveira.
- EDP - Dr.ª Sara Carvalho Ramos.
- SONAE (SPORT ZONE) – Dra. Mónica Pimentel.
- Renault Portugal – Dr. Ricardo Oliveira.
- Liberty Seguros – Dr. Rodrigo Esteves.
- Associação Mutualista Montepio – Dr. Paulo Magalhães.

1.4.2. Conselho de Administração

É constituído por um Presidente (designado pelo Primeiro-Ministro), dois Vice-Presidentes (eleitos pelo Conselho de Fundadores) e seis Vogais (a designar entre os membros Fundadores). Compete-lhe a administração e gestão global da Fundação e a designação da Comissão Executiva.

Composição atual

Presidente

Dr. Carlos Manuel Marta Gonçalves, Presidente do Conselho de Administração da Fundação do Desporto, nomeado pelo Primeiro-Ministro.

Vice-Presidentes

Dr. Nuno Francisco Ribeiro Pinto de Magalhães, em representação da Sociedade Central de



Abafh

Augusto

Cervejas e Bebidas, S.A. (Provedor e Diretor das Relações Institucionais), NIPC 511147236, Estrada Alfarrobeira, Apart. 15, 2626-851 Vialonga.

Dr. Paulo Jorge Patrão Miraldo, em representação da EDP, EDP - Energias de Portugal, S.A. (Conselho de Administração), NIPC 500697256, Praça Marquês de Pombal, 13 - 8º, 1250-162 Lisboa.

Vogais

Mestre Augusto Fontes Baganha, em representação do Estado Português – Presidente do Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. – IPDJ, I.P., NIPC 510089224, Rua Rodrigo da Fonseca, nº 55, 1250-190 Lisboa.

Dr. José Manuel Saraiva de Lemos Araújo, em representação do Comité Olímpico de Portugal – COP (Presidente), NIPC 501498958, Travessa da Memória, 36, 1300-403 Lisboa.

Professor Doutor Carlos Alberto Graça de Paula Cardoso, em representação da Confederação do Desporto de Portugal – CDP (Presidente), NIPC 503042579, Rua Eduardo Augusto Pedroso, 11 - A, 1495-047 Algés.

Dr. Carlos Manuel Pisco do Maio, em representação da Rádio e Televisão de Portugal, RTP S.A. (Conselho de Administração), NIPC 500225680, Av. Marechal Gomes da Costa, 37, 1849-030 Lisboa.

1.4.3. Conselho Fiscal

É constituído por um Presidente (designado pelo Ministro das Finanças) e por dois Vogais (um obrigatoriamente Revisor Oficial de Contas). Compete-lhe verificar os livros e registos contabilísticos e a exatidão das contas da Fundação.

Composição atual

Presidente

Dr. Vítor Hugo Cardoso Duarte de Moraes Trigo, nomeado pelo membro do Governo com a tutela das Finanças.

Vogais

Dr. Carlos Manuel Charneca Moleirinho Grenha (ROC nº 1266), em representação da Oliveira, Reis & Assc., NIPC 501266259, Av. Da Liberdade, 245, 8º - A,B,C, 1250-143 Lisboa.



Abafh

Amplio

Dr. Nuno Francisco Piteira Lopes, Rua Luis de Camões, 160, Aldeia de Juzo, 2750-036 Cascais.

1.4.4. Comissão Executiva

Presidente

Presidente do Conselho de Administração, Dr. Carlos Manuel Marta Gonçalves, nomeado pelo Primeiro-Ministro.

Vogais

EDP – tecido empresarial, Dr. Paulo Jorge Patrão Miraldo, em representação da EDP, EDP - Energias de Portugal, S.A. (Conselho de Administração), NIPC 500697256, Praça Marquês de Pombal, 13 – 8º, 1250-162 Lisboa.

IPDJ, I.P. – Estado, Mestre Augusto Fontes Baganha, em representação do Estado Português – Presidente do Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. – IPDJ, I.P., NIPC 510089224, Rua Rodrigo da Fonseca, nº 55, 1250-190 Lisboa.

1.4.5. Comissão de Vencimentos

Presidente

Comendador Manuel Albino Casimiro de Almeida, em representação da Lactogal – Produtos Alimentares, S.A. (Presidente do Conselho de Administração), NIPC 503183997, Rua do Campo Alegre, 830 - 5º, 4150-171 Porto.

Vogais

Dra. Sara Fortunato Rosa Gomes de Carvalho Ramos, em representação da EDP, EDP - Energias de Portugal, S.A. (Conselho de Administração), NIPC 500697256, Praça Marquês de Pombal, 13 – 8º, 1250-162 Lisboa.

Mestre Augusto Fontes Baganha, em representação do Estado Português – Presidente do Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. – IPDJ, I.P., NIPC 510089224, Rua Rodrigo da Fonseca, nº 55, 1250-190 Lisboa.

1.4.6. Gestão e administração

Todos os Órgãos são assessorados pelo Diretor Executivo que coadjuva o Presidente do Conselho de Administração, bem como a Comissão Executiva, na gestão e administração da Fundação - **Diretor Executivo**, Paulo José Carvalho Marcolino, Diretor Executivo. Sede, Complexo Desportivo de Rio Maior, Apartado 2, EC Rio Maior, 2040 – 998 Rio Maior.

1.4.7. Estrutura administrativa

Secretária da Direção, Ana Margarida Ferreira Caetano, Secretária da Direção. Delegação de Lisboa, Rua Doutor Alfredo Magalhães Ramalho, n.º 1, 1495-165 Algés.

Comunicação, imagem e marketing, Susana Dias Apolónio. Delegação de Lisboa, Rua Doutor Alfredo Magalhães Ramalho, n.º 1, 1495-165 Algés.

1.5. Onde estamos

Sede



Delegação de Lisboa



Fig. 4 – Localização da Delegação de Lisboa da Fundação do Desporto.

Sede - Complexo Desportivo de Rio Maior | Apartado 2 – EC Rio Maior | 2040-998 Rio Maior
E geral@fundacaodesporto.pt | **W** www.fundacaodesporto.pt
T (+351) 217820119 | **F** (+351) 217820121
Tw twitter.com/FDesporto | **Fb** facebook.com/fundacaodesporto
Delegação – Lisboa - Rua Doutor Alfredo Magalhães Ramalho, n.º 1 | 1495-165 Algés

1.6. Missão

A Fundação tem como objeto social apoiar o fomento e o desenvolvimento do desporto, particularmente no domínio da alta competição (Artigo 3º dos Estatutos), dispendo o Conselho de Administração a maior amplitude de atuação em todas as áreas da atividade desportiva, desde apoio a eventos – a efetuar no país ou no estrangeiro – a praticantes desportivos, à realização



de seminários, conferências e outras ações semelhantes tendentes a promover e divulgar o desporto português, como o fez desde a sua criação, em 1995.

Uma segunda missão foi assumida no ano de 2013, competindo-lhe a conquista de meios financeiros junto do tecido empresarial português, complementares ao que o Estado atribui, para ser a responsável pela gestão das unidades locais que constituem a rede de Centros de Alto Rendimento (CAR) em Portugal.

Centrada na Fundação e como coordenadora, subordinada ao Conselho de Administração, existirá uma Comissão Executiva de Gestão dos CAR, órgão que será constituído pelos representantes do Instituto Português do Desporto e Juventude, IP, Comité Olímpico de Portugal, Comité Paralímpico de Portugal, Confederação do Desporto de Portugal, da Associação Nacional de Municípios Portugueses e do tecido Empresarial (Membros Fundadores da Fundação do Desporto).

Neste âmbito, compete-lhe estabelecer as linhas orientadoras da gestão e funcionamento para cada um dos CAR, estruturas que serão dirigidas por uma Comissão de Gestão do CAR, composta por um representante do respetivo Município, da Fundação do Desporto e da Federação (ou Federações Desportivas) residentes, podendo o sistema de controlo financeiro ser tutelado pelo Município ou pela Fundação.

Mais ainda, cabe à Fundação do Desporto a colaboração ao nível da cooperação externa (operacionalização dos protocolos de cooperação bilateral) - de acordo com o artigo 4.º dos Estatutos da Fundação do Desporto, "Objeto e atribuições", ponto número 5, "[A] Fundação pode articular com outros países no âmbito dos Centros de Alto Rendimento e outras ações de âmbito desportivo, em parceria com as entidades do Estado português responsáveis pela cooperação internacional" - estes tipos de iniciativas realizam-se em articulação com o IPDJ, I.P., uma das entidades do Estado português responsável pela cooperação internacional no âmbito do Desporto.

No desenvolvimento da sua missão a Fundação do Desporto desenvolve a sua articulação internacional com os diferentes países da CPLP (nove países), no espaço Lusófono (11 países), bem como do espaço ibero-americano (23 países).



Handwritten signature in blue ink.

1.7. Projetos e atividades

A Fundação do Desporto tem como objeto social apoiar o fomento e o desenvolvimento do desporto, particularmente no domínio da alta competição, bem como o apoio a eventos – a efetuar no país ou no estrangeiro – a praticantes desportivos, à realização de seminários, conferências e outras ações semelhantes tendentes a promover e divulgar o desporto português.

Uma segunda missão da Fundação do Desporto centra-se na captação de meios financeiros junto do tecido empresarial português, complementares ao que o Estado atribui, assumindo, também, a responsabilidade pela gestão estratégica da rede de Centros de Alto Rendimento (CAR) edificada em Portugal nos últimos anos.

A principal atividade da Fundação centra-se nas vantagens da sinergia com o tecido empresarial que permitirá que os nossos atletas, seleções e equipas de alto rendimento possam ter as melhores condições de preparação para as grandes competições internacionais, olímpicas e paralímpicas.

A Fundação do Desporto ocupa, pois, um lugar importante no desenvolvimento daquilo que se pode designar pela “economia do desporto”, estabelecendo a ponte entre a esfera desportiva e o tecido empresarial.

Constitui um projeto da Fundação, igualmente, trabalhar com cada parceiro, Fundador ou Curador, na definição da forma e dos termos, mutuamente, mais vantajosos para que o Mecenaz possa retirar o melhor desta sinergia.

Entre outras prerrogativas, aos Fundadores e Curadores é facultada a possibilidade de participar no processo e definição estratégica do funcionamento da Fundação, bem como na deliberação sobre todos os apoios a conceder por parte desta numa base anual.

O projeto desportivo da Fundação do Desporto subdivide-se nas seguintes linhas:

- a) Captação de financiamento para o desporto, designadamente o desporto de alto rendimento;
- b) Coordenação dos Centros de Alto Rendimento;
- c) Medida de Apoio aos Projetos Desportivos desenvolvidos nos CAR;



MZP

Agência

- d) Medida de Apoio aos Jovens Talentos Desportivos;
 - e) Medida de Apoio ao Apetrechamento e Equipamento dos CAR;
 - f) Fundo para apetrechamento e requalificação tecnológica dos CAR;
 - g) Fundo Permanente de Investimento da Fundação;
 - h) Desenvolvimento de uma estratégia para a economia do desporto;
 - j) Exploração dos fundos comunitários em prol do desporto.
- l) Benefícios Fiscais ao abrigo do Estatuto dos Benefícios Fiscais – 120% geral, 130% plurianual - esta dotação é concedida sem contrapartidas que configurem obrigações de carácter pecuniário ou comercial, nos termos dos Artigos 61.º e 62.º do Capítulo X do referido Estatuto.

Capítulo II

Atividade desenvolvida

Após a requalificação da Fundação procedeu-se à credibilização da entidade junto dos Fundadores e do tecido empresarial no sentido de captar novos Curadores.

Saldadas as dívidas e resolvidos os problemas de tesouraria, a focalização da Administração direcionou-se para a criação de condições capazes de capacitar a Fundação em todas as vertentes, designadamente ao nível dos seus eixos de ação principal, a coordenação dos Centros de Alto Rendimento, mormente no que respeita à cabal implementação do Modelo de Gestão e Financiamento aprovado junto da autoridade de gestão do programa operacional que cofinanciou a edificação destas infraestruturas especializadas, o POVT do QREN 2007-13.

Foi terminado o conjunto de registos e atualizações respetivas relativas à Fundação enquanto entidade, designadamente o Registo Comercial, a inscrição no Registo Nacional de Pessoas Coletivas e no Ficheiro Central de Pessoas Coletivas, processo que foi iniciado em 1995.

Dentro da modernização administrativa da Fundação do Desporto foram encetadas várias diligências que culminaram com a atualização de contratos de prestação de serviços a vários níveis, desde os seguros multirriscos, ao seguro de acidentes de trabalho, à adesão a novos pacotes de telecomunicações, passando pela aquisição de novos equipamentos e serviços de cópia e imagem, bem como de comunicação.

Uma área onde a Fundação tem investido neste ano de 2016 centra-se no desenvolvimento de modelos, metodologias e instrumentos de gestão e administração capazes de garantir transparência e integridade, como a aprovação do "REGULAMENTO INTERNO SOBRE DESLOCAÇÕES EM SERVIÇO, provado por deliberação do Conselho de Administração a 06 de setembro de 2016.

Foi contratada uma nova colaboradora para as áreas da comunicação, imagem e marketing, integrada no projeto de internacionalização dos CAR n.º 15171 POCI SIAC, no âmbito do Portugal 2020.



Alfah

Amfob

A Fundação emergiu como uma instituição que procura apoiar os mais variados agentes desportivos (Federações, atletas, eventos desportivos, projetos desportivos). Os apoios foram concedidos através de uma avaliação rigorosa e transparente.

No plano financeiro a Fundação procurou transmitir uma nova credibilidade e subsequentes entregas de donativos por parte de empresas como a Liberty Seguros, o Grande Hotel do Luso, ou a CERTOMA, que foram na sua totalidade investidos em projetos desportivos do plano anual de atividades desta entidade.

A 29 de abril de 2016 foi aprovado pelo Conselho de Fundadores e Curadores, a adesão das COSMOS Viagens e Turismo, S.A. e da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa à Fundação do Desporto.

Com o investimento de entidades empresariais e sociais foi possível desenvolver a nova medida do Programa de Apoio Desportivo da Fundação designada por "Jovens Talentos Desportivos".

A Administração tem vindo a desenvolver o seu trabalho paulatinamente para que a Fundação do Desporto possa ter um papel importante e crescente na diversificação dos apoios financeiros e logísticos ao desporto nacional e, em particular, aos CAR, possibilitando o cumprimento da sua missão inicial, bem como das novas responsabilidades que lhe foram atribuídas:

- a **colaboração estratégica com as entidades públicas** (em especial o IPDJ, I.P.) e do **movimento associativo desportivo** – COP, CPP, CDP – de quem temos recebido toda a colaboração, solidariedade e participação permanente, quer no Conselho de Fundadores e Curadores, quer no Conselho de Administração, bem assim como na Comissão Executiva de Gestão dos CAR, a que se associa a colaboração das empresas que integram os Fundadores e Curadores da Fundação;
- a **procura por novas empresas e instituições** que possam entrar na Fundação do Desporto e desta forma obter mais apoios privados para o desporto nacional;
- a **associação institucional estratégica** - neste domínio destacam-se a associação da Fundação do Desporto, em termos de filiação internacional à ASPC (*Association for Sport Performance Centres*), onde ocupa o cargo de Membro Classe A e à SIGA (*Sport Integrity Global*

Alliance), da qual é membro fundador e instituidor, e a nível nacional o reforço da associação ao Centro Português das Fundações e da Rede das Fundações da CPLP,

(i) De realçar que a Fundação do Desporto participou numa reunião de alto nível organizada nos dias 11 e 12 Setembro – promovida pelo International Centre for Sport Security, no Centro de Congressos do Estoril, juntamente com cerca de 70 entidades de todo o mundo.

- o **investimento na visibilidade da marca Fundação do Desporto**, tornando-a mais conhecida e respeitada – apostando em eventos de referência como a participação na Sessão comemorativa do Dia Europeu das Fundações e Doadores;

No dia 30 de setembro de 2016, na Reitoria da Universidade Nova de Lisboa, decorreu a Sessão Comemorativa do Dia Europeu das Fundações e Doadores, que se celebra no dia 01 de outubro. Foi uma magnífica oportunidade para expor o impacto social dos doadores (Mecenas) e das Fundações dando ao público um exemplo do trabalho e dos benefícios que as Fundações trazem à sociedade, ao mesmo tempo que se evidencia o valor social da filantropia.

O Dia Europeu das Fundações e Doadores é uma iniciativa conjunta do DAFNE – Donors and Foundations Network in Europe – organização que engloba as associações nacionais de fundações.

A Fundação do Desporto associou-se a esta comemoração com várias iniciativas e esteve presente na Mostra de Fundações, onde se divulgou o trabalho das Fundações em prol da sociedade. A Fundação do Desporto marcou presença com um stand que deu a conhecer toda a sua atividade e dinâmica.

O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, presidiu à abertura da Sessão Pública Comemorativa do Dia Europeu de Fundações e Doadores.

- dentro da linha de **articulação intersectorial** destaca-se a sinergia desenvolvida com a Direção-Geral de Políticas do Mar – DGPM, o Instituto do Turismo de Portugal, I.P. ou mesmo com o Museu Nacional do Desporto, entre outros;

- **comunicação, Imagem e gestão de documentação** - a Fundação do Desporto continua o seu processo de inovação e reestruturação do website, da sua imagem, introduzindo, no seu plano de comunicação a opção pela presença nas redes sociais criando contas no Facebook, Twitter, Instagram e Youtube. Tem sido feita a atualização constante do site da Fundação assim como uma atualização do arquivo de acordo com normas administrativas e de gestão de informação e documentação. Destaca-se, igualmente, a cedência, pela Google, de uma faculdade empresarial "Google My Business", que possibilita à Fundação ter uma visibilidade cooperativa com destaque, com informações personalizadas como se demonstra infra em qualquer pesquisa na internet:

Fundação do Desporto

www.fundacaodesporto.pt/

Fundação do Desporto, no verso das nossas medalhas o seu contributo centros de alto rendimento.

Contactos

Contactos. Fundação do Desporto. Sede. Complexo Desportivo de ...

Órgão Sociais

Órgãos Sociais. Composição dos Órgãos Sociais da Fundação do ...

Missão

Missão da Fundação do Desporto. A Fundação tem como objecto ...

[Mais resultados de fundacaodesporto.pt](#)

Mensagem do Presidente

Mensagem do Presidente. A Fundação do Desporto tem ...

Notícias

Objectivos do Projeto "INTERNACIONALIZAÇÃO DA ...

Projetos e Atividades

Projetos e Atividades. Cada Centro de Alto Rendimento é ...



Fundação do Desporto

Fundação

Direções

Endereço: Doutor 1, R. Alfredo Magalhães Ramalho, 1495-165 Algés

Telemóvel: [21 782 0119](tel:217820119)

Horas: **A fechar em breve** · 09:00–13:00, 14:00–18:00

[Sugerir alteração](#)

Fig. 5 – Página *Google My Business* da Fundação do Desporto.

ASSESSORIA DE IMPRENSA

● COMUNICADOS DE IMPRENSA

5

● SERVIÇO DE ASSESSORIA

1

Nota: Sessão de Lançamento Projeto Internacionalização Federação de Futebol de Portugal

PRODUÇÃO DE CONTEÚDOS

● NEWSLETTERS OFICIAIS

10

● NOTÍCIAS SITE OFICIAL

27

GESTÃO DE SITE OFICIAL

● DOCUMENTOS

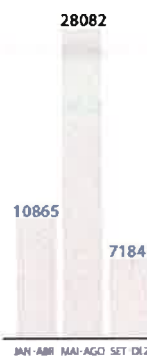
22

● ACTUALIZAÇÕES

12

FACEBOOK

● ALCANCE (número de pessoas)



● NÚMERO DE PUBLICAÇÕES

Nota: Publicações replicadas no Twitter

72

● CRESCIMENTO DO NÚMERO MEMBROS

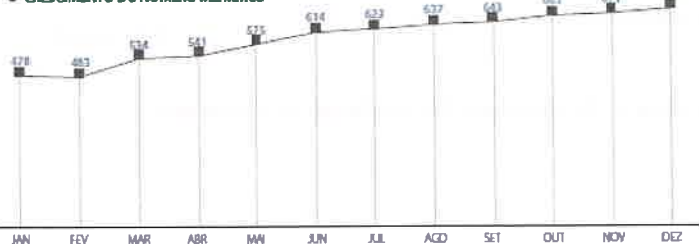


Fig. 6 – Dados estatísticos da gestão das redes e sítio na internet.

- supra alguns dados estatísticos da gestão das redes sociais e da produção de conteúdos, na figura 7 e infra o investimento em suportes comunicacionais:

SERVIÇOS DE DESIGN

- Assinatura de e-mail
- Envelopes C4 e DL
- Arte para bakçao
- Imagem CAR A4
- Roll ups *CAR 85x200cm; 150x200cm; 200x200cm
- Postal de Natal digital
- Atualização de comunicados de Imprensa
- Atualização de papel de carta

- Actualização de etiquetas p/ envelope - vários formatos
- Actualização rodapé de newsletter
- Actualização de roll ups Institucionais versão mosalco 85x200cm; 150x200cm; 200x200cm
- Actualização de telas promocionais Institucionais (versões com e sem medidas de apolo) 300x100cm; 500x100cm
- Actualização da pasta A4



Fig. 7 – Suportes de comunicação.

- regista-se, igualmente, a **cooperação com a Microsoft** no âmbito da responsabilidade corporativa desta multinacional das tecnologias digitais, que ofereceu credenciais de acesso ao novo Office 365, bem assim como licenças de softwares por si comercializados.

- outra linha estratégica centrou-se na **candidatura a novos instrumentos de financiamento** através dos fundos comunitários - foi possível apresentar as seguintes candidaturas:

a) projetos apresentados no âmbito do ERASMUS + 2016;

i) **"Adria Special Games 2017"**, na categoria de "Not-for-profit European Sport Events - not related to the EU Sport week", destinado a pessoas com Síndrome de Down e envolve 14 países europeus, liderado pela Associazione CoordDown ONLUS, de Brescia, Itália;

ii) **"European Network of Sports Academies for Gender Equality"**, onde a Fundação do Desporto é parceiro executivo, num projeto liderado pela Forox Galicia, Deputación de Pontevedra;

iii) **"European Schools Sports League – the Power of Sport"**, um projeto liderado pela Amatör Spor Kulüpleri Federasyonu de Antalya, Turquia e onde a Fundação do Desporto é parceiro executivo;

iv) **"Youth empowerment in sports governance reform - YOULEAD"**, um projeto liderado pelo ICSS Europe, onde a Fundação do Desporto é parceiro executivo.

b) um dos projetos em curso no âmbito do ERASMUS +, com grande impacto europeu, centra-se no âmbito da integridade do desporto e é intitulado **PsyTool "Sport Psychology as a strategic tool for prevention and training on grassroots sports"**, com a participação da Fundação do Desporto enquanto parceiro executivo entre 12 outras entidades onde destacamos: a Universidade de Pablo Olavide, Sevilha; Universidade Autónoma de Barcelona; Universidade das Ilhas Baleares; Sevilha, FC; Sporting CP; Universidade de Lisboa/FMH; Universidade de Sapienza, Itália e o Internacional Centre for Sport Security (ICSS). O investimento total do projeto é de € 500.674,00, cofinanciado pela União Europeia em 80%,

(i) Dias 17 a 19 Fevereiro – Arranque do projeto PSYTOOL Erasmus+ Integridade do Desporto, em Sevilha;



(ii) Entre 22 e 24 junho – Psyttool Meeting Lisboa – Alvalade e Alcochete, em coorganização pela Fundação do Desporto, Faculdade de Motricidade Humana/ Universidade de Lisboa e o Sporting Clube de Portugal.

c) Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (COMPETE 2020), nos termos do aviso nº 02/SIAC/2015, projeto nº 15171, projeto com a designação "**INTERNACIONALIZAÇÃO DA REDE NACIONAL DE CAR DE PORTUGAL | HIGH PERFORMANCE SPORTS CENTERS OF PORTUGAL**", no valor global de 1,45 milhões de euros, mais IVA à taxa legal em vigor. (projeto apresentado em maior detalhe no capítulo VI),

(i) A sessão de apresentação prévia às Comissões de Gestão Local dos CAR da candidatura do Projeto "Internacionalização da Rede Nacional de CAR de Portugal" decorreu em Algés, dia 11 de maio de 2016.

Foram realizadas dezenas de reuniões por todo o país, com a UTAD, ERT do Porto e Norte de Portugal, Centro e Alentejo, Câmaras Municipais, entre outras entidades.

Foi constituída a Comissão de Acompanhamento do Projeto de Internacionalização RNCAR com as participação da AICEP, UTAD, IPDJ, IP e Turismo de Portugal, IP.

Apresentação Pública do Projeto de Internacionalização da Rede CAR – Vila Nova de Foz Coa, com a presença do SEJD, presidentes de Federações desportivas e representantes do IPDJ e outros entes da Administração Pública. Participação do Secretário-Geral da ASPC e Diretor do CAR de Sant Cugat, Josep Escoda – dias 15 e 16 de julho de 2016.

De 15 a 27 de julho de 2016 foram realizadas visitas e reuniões de trabalho com todos os CAR sobre Projeto de Internacionalização da Rede Nacional CAR.

(ii) Ainda dentro dos fundos comunitários importa referir que foi já finalizado o processo de validação da Fundação do Desporto enquanto entidade elegível à candidatura a fundos, centralmente, geridos pela Comissão Europeia, designadamente os três capítulos do ERASMUS+, educação, juventude e desporto, bem assim como para o Horizon 2020 dentro da estratégia Europa 2020.

- a Fundação do Desporto apresentou uma **candidatura ao aviso nº 3/SAMA2020/2016**;

A Fundação do Desporto recebeu do Gabinete do Secretário de Estado da Juventude e do Desporto um repto para integrar um consórcio que desenhará e apresentará uma candidatura ao aviso nº 3/SAMA2020/2016, para implementar um processo de **Autoavaliação, modernização e capacitação de processos no setor da Juventude e Desporto**, designadamente para a Capacitação e Metodologias de Gestão da Qualidade e Gestão de Processos.

A 30 de Junho de 2016 a Agência para Modernização Administrativa lançou o aviso 03/SAMA2020/2016 para Operações de Capacitação da Administração Pública. Para além de outras iniciativas o aviso prevê a candidatura a operações pré-formatadas, entre as quais se destaca a tipologia 3 – Capacitação e Metodologias de Gestão da Qualidade e Gestão de Processos.

Esta candidatura poderá permitir que todas as instituições realizassem um exercício de autoavaliação usando a metodologia CAF e que também façam um diagnóstico à forma como os processos setoriais funcionam. Da coordenação dos exercícios de autoavaliação de cada instituição poderá surgir uma autoavaliação global do setor e também planos de melhorias à escala de cada organização e um plano setorial de melhorias. É intenção do Sr. Secretário de Estado que este exercício possa também ter o acompanhamento das entidades representadas no conselho consultivo do IPDJ, transformando o exercício num exercício de gestão aberta e coparticipada.

Os objetivos são: realizar um exercício de autoavaliação utilizando o referencial CAF em cada organização e no setor, desenvolver e implementar planos de melhorias ao nível das organizações e do setor e fazer um diagnóstico aos processos no setor, identificar processos críticos, implementar melhorias aos processos críticos identificados.

Encargos e benefícios para a Fundação do Desporto: 85% de comparticipação, 13 228,13 € de financiamento Comunitário, 2 334,38 € de receitas próprias.

- **promoção internacional dos CAR** - a fundação do desporto participou, com o IPDJ, IP, na preparação da 4.ª Comissão Mista Económica com a Coreia do Sul, operacionalizada pelo Senhor Secretário de Estado da Inovação onde teve a oportunidade de promover a Rede Nacional de CAR;



Assinatura

- **cooperação externa** - de acordo com o artigo 4.º dos Estatutos da Fundação do Desporto, "Objeto e atribuições", ponto número 5 "[A] Fundação pode articular com outros países no âmbito dos Centros de Alto Rendimento e outras ações de âmbito desportivo, em parceria com as entidades do Estado português responsáveis pela cooperação internacional";

(i) Dentro desta última linha de atuação a Fundação articula com o IPDJ, IP a operacionalização de todas as missões internacionais que se relacionem com os CAR. No que respeita à cooperação externa destaca-se o enquadramento da visita do Diretor da Confederação de Desporto da Suécia. O programa contemplou a visita ao IPDJ, IP, à ADoP, ao CAR de Rio Maior, CAR de Badminton das Caldas da Rainha, Museu e Biblioteca Nacional do Desporto, numa articulação entre a Fundação do Desporto e a Autoridade nacional para o Desporto, o IPDJ, IP.

(ii) De realçar, igualmente, a Missão a realizada a Moçambique – promoção da Rede Nacional de CAR junto da CPLP. Aproveitando a deslocação da Fundação do Desporto a Maputo, por ocasião da realização do 11.º Encontro de Fundações da CPLP, foi realizada uma missão de promoção da Rede Nacional de Centros de Alto Rendimento junto do universo do desporto e das autoridades oficiais de Moçambique.

Fruto da articulação entre a Fundação do Desporto, do Instituto do Desporto e Juventude, IP e da Embaixada de Portugal em Maputo, junto do Governo e da Administração moçambicanas o Presidente do Conselho de Administração da Fundação, Carlos Marta, e o Diretor Executivo, Paulo Marcolino, concertaram cooperações com a rede diplomática nacional, designadamente com a Embaixadora de Portugal naquele país, Maria Amélia de Paiva e com o Cônsul-Geral Frederico Pinheiro da Silva, Ministro da Educação da República de Moçambique, Luís Jorge Ferrão e Ministro da Juventude e Desporto, Alberto Nkutumula.

Foi possível articular, ainda, com representante do Secretário Executivo da CPLP, Diretor Nacional do Desporto de Moçambique, Diretor-Geral do Instituto Nacional do Desporto, Diretor-Geral do Fundo de Promoção Desportiva e conferenciar com os Presidentes e corpos sociais das Federações Desportivas Nacionais de Atletismo, Andebol, Basquetebol, Boxe, Desporto para pessoas com Deficiência, Futebol, Judo, Natação, Ténis, Voleibol,



Abelha

[Handwritten signature]

Patinagem, Xadrez, Karaté, Ciclismo, Ginástica, Vela e Canoagem, Taekwondo e Federação do Desporto do Ensino Médio e Superior (FEDDEMS). No total estiveram presentes 18 federações representativas do universo desportivo moçambicano.

Para além do universo do desporto foram desenvolvidos contactos com os altos representantes da Escola Superior de Ciências do Desporto (ESCIDE)-Universidade Eduardo Mondlane, da Faculdade Educação Física e Desporto (FEFD), dos Comitês Olímpico e Paralímpico de Moçambique, Associação Nacional dos Veteranos de Futebol, Associação Nacional Gestores Desportivo, Sindicato Nacional de Jogadores, Fundação Lurdes Mutola, Fundação Clárisse Machanguana, Liga Moçambicana de Basquetebol, Liga Moçambicana de Futebol e do Instituto Médio do Desporto-IMEDE.

A Fundação do Desporto organizou, na capital moçambicana, sessões de trabalho que se centraram no alto rendimento desportivo, desenvolvimento do desporto de excelência e, em particular, nos laboratórios da performance - Centros de Alto Rendimento.

Nestas sessões de trabalho foi possível explicar a estratégia de colocação de Portugal na rota das grandes iniciativas internacionais relacionadas com o desporto de alto rendimento, quer ao nível das competições quer da preparação atlético-desportiva. A par destas matérias foi possível mostrar as valências da Rede Nacional de CAR de Portugal e discutir com os responsáveis de Moçambique possibilidades de cooperação conjunta.

(iii) Ainda dentro da cooperação externa importa destacar a aposta no universo fundacional da CPLP por parte da Fundação do Desporto. No âmbito da estratégia de cooperação externa e exploração do mundo lusófono a Fundação do Desporto tem encetado diversas ações junto de congéneres da CPLP. Pela primeira vez participou no Encontro de Fundações da CPLP que se desenrolou em Maputo, Moçambique, de 15 a 17 de novembro de 2016, onde pontificaram Joaquim Chissano - Presidente da Fundação com o seu nome, Graça Machel - Presidente da Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade, entre outras 16 fundações de Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique, Portugal e Timor.

Nesta jornada foi possível estabelecer contactos com membros do Governo, Administração Pública, universidades e entidades da sociedade civil moçambicana



Amélia

acompanhados pela Embaixadora de Portugal em Maputo - Dra. Maria Amélia Maio de Paiva.

Do programa de atividades, para além dos debates e reflexões em torno da Agenda Global 2030, foi possível visitar projetos locais de grande relevância, desde os Comitês Comunitários de Proteção à Criança de Manhiça, um projeto da Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade, que visa criar um sistema funcional de proteção e acompanhamento de crianças em situação de vulnerabilidade e a sua referenciação aos serviços sociais, ao Centro de Investigação em Saúde de Manhiça, um projeto da Fundação Manhiça que impulsiona e conduz investigação biomédica em áreas prioritárias de saúde, centrando-se em doenças que causam a maioria de mortes no mundo, em especial nos países pobres e que está a finalizar a validação da vacina contra a malária.

Entre muitas visitas de campo e a participação de ilustres nomes da sociedade civil dos vários países representados, destaca-se a receção na Fundação Fernando Leite Couto, em honra ao pai de Mia Couto, que recebeu os participantes pessoalmente.

Este certame, organizado pelo Centro Português de Fundações, recebeu o apoio institucional dos diferentes Governos e do Secretariado Executivo da CPLP e a participação das mais importantes fundações portuguesas. Na sequência desta investida a Fundação do Desporto já se encontra a colaborar com as autoridades moçambicanas, governamentais, da Administração e com a Universidade Eduardo Mondlane em vários dossiers que incluem, naturalmente, os Centros de Alto Rendimento.

- parceria nos domínios da ciência e da tecnologia com o desenvolvimento, em colaboração com o IPDJ, a UTAD e a Universidade de Aveiro, da Plataforma InSportHealth - plataforma transfronteiriça (Portugal e Norte de Espanha), para a inovação no desporto e saúde;

Este projeto inscreve-se nos domínios da ciência e da tecnologia. Foi criada, em colaboração com o IPDJ, a UTAD e a Universidade de Aveiro, da Plataforma InSportHealth - é uma plataforma transfronteiriça (Portugal e norte de Espanha), para a inovação no desporto e saúde que nasce da necessidade de dar uma resposta coletiva a problemas comuns devidamente identificados no seio da inovação aplicada ao desporto e saúde, implementando uma organização em rede associada a estratégias de eficiência coletiva



Alfeph
Augusto

neste setor. Reúne empresas, organizações desportivas, unidades do sistema científico e tecnológico nacional e instituições de ensino superior, com o objetivo principal de desenvolver ações que melhorem a competitividade, incentivando o desenvolvimento de produtos, processos e serviços inovadores, transferência de conhecimento, formação avançada, marketing e internacionalização;

(iii) Protocolo com a C.E.U. – Cooperativa de Ensino Universitário, C.R.L., na qualidade de entidade instituidora da UAL – Universidade Autónoma de Lisboa, no âmbito do disposto na alínea i) do art.º 17.º e j) do art.º 26.º dos Estatutos;

(iv) Protocolo celebrado com o PÓLO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ELECTRÓNICA/ CLUSTER TRANSFRONTEIRIÇO DE INOVAÇÃO NO DESPORTO E SAÚDE, no âmbito da plataforma InSportHealth.

- início de uma cooperação estratégica entra a Fundação do Desporto, a Universidade Católica Portuguesa (*Católica Lisbon School of Business & Economics*) e a Deloitte para criação de um programa de capacitação para o movimento associativo desportivo, iniciando-se o **projeto METAS** e terminando no **ProMentor**,

O Programa ProMentor Desporto é um programa de mentoring profissional para as Federações Desportivas portuguesas. Combina atividades de consultoria, capacitação e de apoio à construção de novas fontes de financiamento para os participantes. Os objetivos centram-se: no desenvolvimento da eficiência, da estratégia de gestão e da inovação; no reforço da sustentabilidade e da excelência da gestão e na aceleração de resultados e de desenvolvimento de negócio. Desenvolve-se ao longo de ciclos de 12 meses, e assume-se como um veículo de fomento dos resultados da gestão dos participantes, coorganizado em conjunto com a Fundação do Desporto, com o apoio do Instituto Português do Desporto e da Juventude, I.P. e do Gabinete do Secretário de Estado da Juventude e do Desporto. As áreas abordadas no ProMentor são alinhadas numa lógica de problem-solving, isto é, tem como base a resolução de problemas, desafios ou constrangimentos reais dos participantes, tais como resultados da gestão; eficiência financeira; fundraising; marketing, gestão da comunicação e gestão de eventos; estratégia e inovação da gestão; governance e operações; liderança & recursos



ASfh

Ampl

humanos, entre outras áreas. O programa tem a duração de 12 meses e é assegurado por um corpo docente e de investigadores da Católica Lisbon e por consultores séniores da Deloitte.

- início de uma nova linha de intervenção com a **criação de um projeto editorial** – última obra apoiada em 2016 “Desenvolvimento Desportivo: a relevância da economia para as federações desportivas”, do Prof. Doutor Fernando Tenreiro.

- em 2016 demos continuidade à medida de apoio a **eventos desportivos nacionais e internacionais**, de primordial importância para o apoio à promoção e desenvolvimento do desporto em Portugal, bem assim como a viabilização de outros projetos de interesse desportivo nacional, totalizando 126.750,00 €, destacando-se,

(i) apoio ao Campeonato da Europa de Triatlo – Lisbon 2016 ETU Triathlon European Championship – realizado no Parque das Nações, em Lisboa;

(ii) apoio ao desenvolvimento da Academia Nacional de Ciclismo da Federação Portuguesa de Ciclismo, a funcionar no Velódromo Nacional/Centro de Alto Rendimento de Anadia;

(iii) apoio à "Corrida Juntos Contra a Fome", que tem como objetivo contribuir para erradicar a fome no espaço CPLP, e está inserida na agenda para o Desporto da Conferência de Ministros da Juventude e Desporto da CPLP. O protocolo de apoio prestado pela Fundação do Desporto foi assinado na sede do Secretariado Executivo da CPLP em Lisboa;

(iv) apoio ao Grande Prémio de Natal EDP, organizado pelo Maratona Clube de Portugal em colaboração com a Associação de Atletismo de Lisboa, realizado no dia 11 de dezembro - 59.ª Edição do Grande Prémio de Natal este ano designada "Grande Prémio de Natal EDP".

- a abertura, em 2016, da medida de apoio aos **projetos desportivos dos CAR**, cujo montante ascende a € 250.000,00, através do Aviso 01/FD/CAR/2016;



Abel
Abel

- a operacionalização de € 125.000,00 da dotação do Fundo criado para fazer face a necessidades permanentes dos CAR, o **apetrechamento e equipamento tecnológico** desportivo, através do Aviso 02/FD/CAR/2016;

- No âmbito da **coordenação da gestão dos CAR** destacam-se as seguintes atividades,

i) Fundação do Desporto promoveu reunião da Rede no CAR de Vila Real de Santo António

O Secretário de Estado da Juventude e Desporto, João Paulo Rebelo, chefiou uma visita ao Centro de Alto Rendimento (CAR) de Vila Real de Santo António, promovida pela Fundação do Desporto.

Tendo como ponto de partida o caso de Vila Real de Santo António, uma das 13 unidades especializadas da Rede Nacional CAR e um dos mais conceituados CAR dedicados ao atletismo a nível Mundial, certificado pela IAAF - International Association of Athletics Federations, a iniciativa visou promover a análise ao funcionamento do mesmo, ao modelo de gestão e às dinâmicas que importa promover, em articulação com parceiros institucionais, autárquicos e desportivos, de modo a potenciar o melhor aproveitamento das infraestruturas, tanto a nível nacional como internacional.

Entre elementos do Governo, Presidentes de Câmara e presidentes de federações e instituições desportivas, nesta visita estiveram presentes 25 responsáveis que analisaram o modelo de gestão da Rede Nacional CAR.

João Paulo Rebelo, Secretário de Estado da Juventude e Desporto, destacou em Vila Real de Santo António a estratégia seguida pela Fundação do Desporto, de coordenação entre parceiros e de desenvolvimento de medidas para a internacionalização da Rede Nacional CAR, sublinhando a sua importância no eixo da economia do Desporto e na dinamização das economias locais.

Na jornada de trabalho em Vila Real de Santo António, em que a anfitriã foi a Vice-Presidente da Câmara Municipal de VRSA, Maria da Conceição Cabrita, para além de João Paulo Rebelo e de Carlos Marta, estiveram ainda presentes: Carlos Pereira (Vogal do IPDJ), Humberto Santos (presidente do Comité Paralímpico de Portugal), Ilídio Trindade (Secretário Geral da Confederação do Desporto de Portugal), Paulo Marcolino (Diretor

Executivo da Fundação do Desporto), Rui Lince Medinas (presidente da CM Golegã), Isaura Morais (presidente da CM Rio Maior, representante da ANMP na Comissão Executiva de Gestão dos CAR, bem como da DESMOR e do CAR Rio Maior), Jorge Vieira (presidente da Federação Portuguesa de Atletismo), Mário Gonzaga Ribeiro (presidente da Federação Portuguesa de Molonáulica), João Paulo Rocha (presidente da Federação de Ginástica de Portugal), Fernando Feijão (presidente da Federação de Triatlo de Portugal), Pedro Moura (Presidente da Federação Portuguesa de Ténis de Mesa), Carlos Matos Asseiceiro (vice-presidente da CM Golegã), Alberto Pereira (vereador do desporto da CM Caldas da Rainha), Paulo Bernardo (vice-presidente da Federação Portuguesa de Atletismo), Eduardo Santos (vice-presidente da Federação Portuguesa de Ténis de Mesa), Fernando Malheiro (diretor do CAR Gaia), João Paulo Bessa (Comissão Executiva de Gestão dos CAR e em representação do COP), José António Costa Pinheiro (coordenador do desporto da CM Montemor-o-Velho), Júlio Encarnação (presidente da Associação de Judo do Algarve) e Paulo Amaral (presidente da Associação de Natação do Algarve).

ii) Josep Escoda colabora com a Fundação do Desporto

Josep Escoda, Secretário-Geral da ASPC (Associação Mundial de Centros de Alto Rendimento) e Diretor do CAR de Sant Cugat, Barcelona, um dos melhores centros de alto rendimento do Mundo, tem colaborado com a Fundação do Desporto, Entidade Coordenadora Nacional da Gestão dos CAR.

Numa apresentação realizada no Pocinho, a 14 de junho de 2016, Josep Escoda fez uma intervenção intitulada "Uma visão crítica", onde elencou os passos mais importantes a seguir para uma boa gestão dos CAR e uma consolidada promoção internacional, sem deixar de elencar a missão da ASCP (Association for Sport Performance Centres).

Escoda fez ainda uma leitura crítica de todo o trabalho da Fundação do Desporto nesta matéria, desde o modelo de gestão e seus instrumentos de gestão ao projeto em curso de promoção internacional a partir dos seus conhecimentos e experiência que detém de todo o mundo, das boas e melhores práticas. A apreciação de Josep Escoda foi de um trabalho fantástico, sem paralelo noutra país, considerando o aproveitamento dos fundos comunitários um excelente e inteligente exemplo.



ASPC
Amph

iii) Ciclo de 13 reuniões na Rede Nacional CAR

A Fundação do Desporto encerrou no dia 26 de Julho de 2016 uma primeira sequência de 13 reuniões de trabalho nas 13 unidades que incluem a Rede Nacional de Centros de Alto Rendimento.

Inseridas no projeto de internacionalização da Rede Nacional CAR, estas reuniões tiveram como objetivo apresentar, aos elementos da Comissões de Gestão Local, as equipas, as ferramentas e metodologias a desenvolver, e deles recolher os melhores inputs para o projeto, iniciando também os trabalhos de recolha de informações para o diagnóstico da Rede Nacional de CAR.

No âmbito do projeto existe uma atividade designada de "Avaliação diagnóstico do potencial de internacionalização dos CAR de Portugal | Seleção de 10 Novos Mercados-Alvo". Esta tarefa consiste em efetuar uma avaliação crítica das potencialidades dos CAR Portugal nos mercados externos, nomeadamente dos produtos, serviços equipamentos e infraestruturas existentes face à tendência da procura internacional, de forma a poder delinear um plano de internacionalizar adequado e eficaz para a rede CAR Portugal. Para além do estudo de benchmarking é importante desenvolver os seguintes instrumentos: plano de marketing; plano de negócios, estudo do potencial económico da rede no estrangeiro, partindo do estudo de diagnóstico da Rede.

iv) Fundação do Desporto admitida na ASPC

A Fundação do Desporto foi admitida à Associação Mundial de Centros de Alto Rendimento (INTERNATIONAL ASSOCIATION SPORT PERFORMANCE CENTERS – ASPC), na qualidade de organismo oficial Classe A, a par com entidades de topo do desporto internacional como o UK Sports do Reino Unido.

Com base numa metodologia colaborativa entre membros e sob os mais altos princípios éticos, a ASPC promove a qualificação dos recursos humanos, técnicos e científicos dos CAR, partilha de informação e conhecimento, bem como das melhores práticas e dinamiza um fórum mundial sobre desporto de elite.



Este é, sem dúvida, um passo importante na capacitação e qualificação da Fundação do Desporto para auxiliar a dinamização, promoção e desenvolvimento dos nossos CAR.

v) Fórum Europeu da ASPC

No decurso do Fórum Europeu da ASPC (INTERNATIONAL ASSOCIATION SPORT PERFORMANCE CENTERS) realizado em outubro de 2016, no CAR de Sierra Nevada, em cooperação com o Consejo Superior del Deporte de Espanha, a Fundação do Desporto, recentemente admitida a esta associação, apresentou à Europa a Rede Nacional de Centros de Alto Rendimento.

Neste Fórum, para além de Carlos Marta e Paulo Marcolino pela Fundação do Desporto, estiveram presentes representantes dos CAR de Rio Maior, de Vila Real de Santo António e do Jamor.

A apresentação mundial da Rede Nacional de CAR, pela Fundação do Desporto, está prevista para o Fórum Internacional sobre Desporto de Elite da ASPC que se irá realizar em Durban, África do Sul, de 23 a 26 de agosto de 2017.

Neste fórum os CAR de todo o mundo tomarão contacto com os mais recentes desenvolvimentos ao nível das seguintes matérias: liderança na gestão e no desporto, tecnologia e inovação, desenvolvimento do atleta, antidoping, a participação da mulher no desporto, avaliação sobre os Jogos Rio 2016, update sobre Tokyo 2020, inovação financeira e modelos de funcionamento de centros de treino desportivo.

vi) Estudo de Benchmarking internacional sobre os melhores CAR

A Fundação do Desporto estudou os bons exemplos dos CAR de SAN CUGAT, INSEP e ORIAM. Realizou-se entre 16 e 18 de fevereiro de 2017 a terceira visita de uma equipa de experts e consultores, contratada pela Fundação do Desporto, para levar a efeito um estudo internacional de benchmarking ao nível dos Centros de Alto Rendimento.

Esta última deslocação a um CAR internacional, estrategicamente selecionado, realizou-se a ORIAM, a nova infraestrutura especializada recentemente inaugurada em Edimburgo e foi liderado pelo Diretor Executivo da Fundação, Paulo Marcolino. Já em outubro e

novembro de 2016 foram visitados os CAR de San Cugat, em Barcelona e o CAR INSEP (Institut National du Sport, de l'Expertise et de la Performance), em Paris, dois expoentes mundiais nesta matéria.

Nestas deslocações a alguns dos melhores CAR mundiais foi possível avaliar a operação de marketing, promoção e comunicação internacional para os mercados externos, os modelos de partilha de conhecimento e capacitação para a internacionalização, as formas utilizadas para criação de produtos/serviços diferenciados, os instrumentos e tecnologia aplicados, para além de extrair as melhores práticas ao nível dos modelos de governação e gestão, planos de marketing, comunicação e de negócio preconizados.

vii) Visita ao CAR de Anadia – fiscalização pela tutela

A 6 de dezembro de 2016 o Secretário de Estado da Juventude e Desporto, João Paulo Rebelo, visitou o Centro de Alto de Rendimento de Anadia – Sangalhos, uma das infraestruturas da Rede Nacional CAR, vocacionada para a prática do ciclismo (velódromo Nacional), mas que integra igualmente as modalidades de Judo, Ginástica, Trampolins e Desportos Acrobáticos, Esgrima e Pentatlo Moderno.

João Paulo Rebelo constatou presencialmente as valências desta infraestrutura, numa visita em que foi acompanhado por Carlos Marta, Presidente do Conselho de Administração da Fundação do Desporto, bem como da Presidente da Câmara Municipal de Anadia, Teresa Cardoso, do Vice-presidente da Câmara Municipal de Anadia, Jorge Sampaio, e do Presidente da Federação Portuguesa de Ciclismo, Delmino Pereira, entre outros responsáveis locais e desportivos. Estiveram ainda presentes vários atletas, promessas futuras do desporto nacional, como Ivo Oliveira, Campeão do Mundo de Ciclismo em pista, na especialidade de perseguição individual na categoria de juniores, na Coreia do Sul, onde competiu com o apoio da Fundação do Desporto.

Este foi mais um momento promovido pela Fundação do Desporto de prestação de contas, de team building e capacity building. A criação de um espírito de "rede" é uma premissa fundamental.

- aposta cada vez mais sólida na **Medida de Apoio a Jovens Talentos Desportivos** lançada em 2016;

(i) No que respeita à Medida de Apoio a Talentos Desportivos destaca-se o apoio a Joana Schenker. A Fundação do Desporto, cumprindo a sua função de captação de recursos para o Desporto, lançou uma nova Medida de Apoio a Jovens Talentos Desportivos. A campeã nacional e europeia de bodyboard, Joana Schenker é a mais recente atleta a ser enquadrada na medida, com o apoio do Mecenias Sagres sem Álcool.

Depois do sucesso no apoio ao ciclista Ivo Oliveira, campeão mundial júnior de pista em 2014, na Coreia do Sul, na especialidade de perseguição individual, a Fundação do Desporto efetiva uma medida que visa proporcionar recursos a atletas não beneficiários de outros benefícios estatais.

No caso de Joana Schenker, o apoio através do Mecenias Sagres sem Álcool, anunciado no Forte de Beliche, na Vila de Sagres, onde foi rubricado o protocolo de apoio entre a Sagres Sem Álcool, através da Fundação do Desporto permitiu à atleta reforçar a aposta no circuito mundial de Bodyboard, onde obteve o 4.º lugar.

(ii) Na Nazaré, a 23 de novembro de 2016, a Fundação do Desporto anunciou um protocolo de apoio desportivo com a Federação Portuguesa de Ténis de Mesa, para financiamento de um estágio da seleção nacional sub-15, a realizar em Hong-Kong, onde os jovens jogadores nacionais terão oportunidade de competir e evoluir junto de alguns dos melhores praticantes mundiais.

- o investimento ao nível da reforma legislativa consubstanciado em 2016 com nova proposta enviada à Assembleia da República de um projeto legislativo desenvolvido na Fundação do Desporto, para **alteração do Capítulo X do Estatuto dos Benefícios Fiscais**, dedicado ao Mecenato Desportivo, no sentido de atualizar este instrumento e de o tornar mais atrativo, que contou com a participação do COP e da CDP;

Esta articulação com a 8.ª Comissão de Educação, Ciência e Cultura da Assembleia da República não se confinou à temática do Mecenato tendo a Administração da Fundação



Handwritten signature in blue ink.

cooperado com o Grupo de Trabalho do Desporto noutras matérias estratégicas, sempre a consulta da coordenação deste grupo especializado.

- **articulação intersetorial e intergovernamental** - foram realizadas várias reuniões exploratórias com Câmaras Municipais, Federações Desportivas e outras entidades onde se destacam a avaliação de novos projetos de Centros de Alto Rendimento. Designadamente com o Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, Secretária de Estado do Turismo, IPDJ, IP, UTAD, InSporthealth, Turismo do Centro, Turismo de Portugal, IP, CPP, Urbanwind-VOR, COSMOS, Presidente do SCP, GALP Energia, KICKUP SPORTS, Centro Português de Fundações, Podi1, Sports Partner, Universidade Católica, Deloitte, BackonTrack Portugal, Associação Mutualista, CE CPLP, Grupo Pestana, REDESPP, Associação de Paramédicos, SONAE Sport Zone;
- a Fundação do Desporto tem articulado com as **entidades desportivas nacionais**, nomeadamente com as Federações: Ciclismo, Triatlo, Kickboxing, Surf, Ginástica, FADU, Automobilismo, Motonáutica, Taekwondo, entre outras;
- articulação com as entidades competentes na **área da economia**, designadamente com a AICEP, onde se destaca a participação no projeto do programa televisivo Masterchef Australia, no sentido de divulgar as diversas regiões de Portugal, entre estas as localidades onde se situam os CAR;
- a Fundação do Desporto participou ativamente em **fóruns nacionais estratégicos** ora onde está legitimamente integrada, como o Conselho Nacional do Desporto, quer onde é convidada a participar, como o Conselho Nacional de Educação, destacando-se,

(i) Intervenção do Presidente do Conselho de Administração na Conferência Internacional do COP, dia 29 Fevereiro, Oeiras;

(ii) Intervenção do Presidente do Conselho de Administração no Seminário da Federação de Ginástica de Portugal, "Desenvolvimento do Desporto Português no Séc. XXI", realizado no COP, a 20 de setembro;

(iii) Sessão de Apresentação e Promoção da Rede Nacional de CAR, Maputo, 15 de novembro, com a presença de todo o universo desportivo de Moçambique.



- desenvolveu-se a linha de ação criada com a **Academia** - realça-se a participação da Fundação do Desporto em projetos internacionais como o Motochanics e o F1 in Schools;

(i) Ainda dentro desta linha destacamos o projeto de ligação I&D&I com o universo desportivo – MotoChanics, integrado no concurso mundial MotoStudent em parceria com a Universidade de Aveiro, prevê a construção de um protótipo de uma nova motorizada de competição desportiva, no valor de 4.000,00 o que garante à Fundação do Desporto a qualidade de main sponsor, bem assim como o nome da equipa (UA-Fundação do Desporto), atribuição do nome ao protótipo, publicidade institucional em todos os suportes de comunicação, imagem, merchandising e marketing, publicitação na moto, fato do piloto, posição comercial com vantagem na eventual comercialização do produto depois de patenteado, entre outros. O projeto Motochanics – Fundação do Desporto esteve presente no Autódromo do Estoril, inserido no programa ELMS – European Le Mans Series.

O protótipo desenvolvido para o IV MotoStudent, competição organizada pela Moto Foundation & TechnoPark Motorland, destacou-se a vários níveis no IV MotoStudent alcançando mesmo o primeiro lugar entre os concorrentes estreantes, na categoria de inovação, com um depósito em sandwich, de alumínio e cortiça, capaz de evitar a combustão.

Vinte e cinco estudantes e cinco professores da Universidade de Aveiro integraram o grupo Motochanics – Fundação do Desporto, que pelo trabalho produzido se destaca ainda pela experiência e capital de conhecimento adquirido, que será decisivo para a próxima edição MotoStudent, e que aponta para uma participação no Campeonato Nacional de Velocidade em 2017.

b) F1 in Schools - uma seleção de estudantes do ensino secundário, apoiada pela Fundação do Desporto, representou Portugal na final mundial do projeto "F1 in Schools", que decorreu em Austin, nos EUA, e que reuniu representantes de 40 países. Esta seleção, vencedora da etapa nacional, é oriunda Escola Secundária Padre Benjamin Salgado e procurou estimular a engenharia automóvel através da conceção do carro de



Alph

Alph

F1 do futuro. O apoio da Fundação do Desporto enquadra-se na promoção da ligação ente o universo desportivo e a Investigação.

Capítulo III

Modelo de Gestão e Coordenação dos Centros de Alto Rendimento

3.1. Comissões de Gestão Local

A Fundação do Desporto deu continuidade à implementação do Modelo de Gestão e Coordenação dos Centros de Alto Rendimento submetido e aprovado pela gestão do POVT – QREN 2007-13 em fevereiro de 2012 e submetido e aprovado pelo Conselho de Fundadores da Fundação do Desporto em junho desse mesmo ano.

A Fundação tem dinamizado um trabalho estrutural e estruturante ao nível da Comissão Executiva de Gestão dos CAR, tendo sido realizadas várias reuniões de trabalho.

Dentro das competências de coordenação da Rede Nacional de CAR a Fundação tem promovido reuniões com as CGL dos diferentes CAR, quer em reuniões magnas, quer parcelares com cada uma das CGL em particular.

Sempre que convocada, a Fundação do Desporto tem prestado contas junto da Autoridade de Gestão do POVT - Programa Operacional Temático Valorização do Território, designadamente ao nível dos Acordos/Protocolos de Parceria e respetivos regulamentos de utilização, ou regimentos de funcionamento, das Comissões de Gestão Local (instrumentos de gestão), no âmbito da construção destas infraestruturas especializadas e cofinanciadas no domínio de intervenção “Infraestruturas e Equipamentos Desportivos” do Eixo V, “Infraestruturas e Equipamentos para Valorização Territorial e o Desenvolvimento Urbano”.

Um passo determinante na consolidação do modelo de gestão dos CAR foi a conclusão da instituição das células administrativas e de gestão “Comissões de Gestão Locais - CGL” que se estão a desenvolver e, naturalmente a crescer, o que diz bem da valência deste modelo de gestão implementado. Infra descreve-se o ponto da situação da constituição da Rede Nacional de CAR (Sistematização da organização e funcionamento dos CAR com base no Modelo de Gestão e Financiamento aprovado):

Quadro 2 – Comissões de Gestão Local.

CAR	Entidades Constituintes	Constituição da CGL
Anadia	CM Anadia, Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, Federação de Ginástica de Portugal, Federação Portuguesa de Ciclismo, Federação Portuguesa de Judo, Universidade Aveiro, Universidade Coimbra, Entidade Regional do Turismo Portugal, Associação Comercial e Industrial da Bairrada e o Instituto Português da Juventude	A CGL é presidida pela C. M. Anadia. Reuniões trimestrais.
Golegã	CM Golegã, Federação Equestre Portuguesa, IPDJ, IP	A CGL é presidida pela CM da Golegã. Reunião ordinária mensal.
Montemor-o-Velho	CM Montemor-o-Velho, Federação Portuguesa de Canoagem, Federação Portuguesa de Natação, Federação Portuguesa de Remo, Federação de Triatlo de Portugal	A CGL é presidida pelo Diretor Executivo nomeado pela CM; 4 reuniões anuais mínimas.
Gaia	CM de VN de Gaia, FP Taekwondo e FP de Ténis de Mesa	A CGL é presidida pela CM de Gaia e coordenada pelo Diretor de Desporto da CM com a participação das federações desportivas de Ténis de Mesa e de Taekwondo.
Aveiro	CM de Aveiro, Associação de Surf de Aveiro, FP de Surf, IPDJ (DR Centro)	A CGL é presidida pela CM de Aveiro e coordenada pelo Departamento da CM com a área do Desporto. Participam, igualmente, o clube local de Surf, a FP Surf, a Associação de Surf de Aveiro e a DR do Centro do IPDJ, IP.

Viana do Castelo	CM Viana do Castelo, IPDJ, IP, Federação Portuguesa de Surf, Escola Superior de Desporto e Lazer de Viana do Castelo, Surf Clube de Viana	A CM de Viana do Castelo preside à comissão. -Reunião ordinária mensal.
Rio Maior	CM Rio Maior, DESMOR, Federação Portuguesa de Natação, Escola Superior do Desporto de Rio Maior	A DESMOR preside à comissão. Reunião ordinária trimestral.
Peniche	CM Peniche, IPDJ, Federação Portuguesa de Surf, Escola Superior do Desporto de Rio Maior, Península de Peniche Surf Clube.	A CM Peniche preside à comissão e detém 2 votos de deliberação. Reunião mensal ordinária.
Caldas da Rainha	CM Caldas da Rainha, Federação Portuguesa de Badminton, IPDJ, IP	A CGL é presidida pela Federação Portuguesa de Badminton. Equacionam integrar uma IES. Reunião mensal ordinária.
Nazaré	CM da Nazaré, DR IPDJ, IP, FP Surf, ESDRM/IPS e o CDAN-Clube de Desportos Alternativos da Nazaré.	A CGL é liderada pela CM da Nazaré reunindo periodicamente para deliberações de Plano de Atividades e Orçamento.
Pocinho	CM de Foz Côa, FP Remo, FP Canoagem, DR IPDJ, IP, UTAD, USF.	CGL presidida pela CM de Foz Côa e os restantes membros têm direito a um voto. Reuniões periódicas de articulação.



Handwritten signature

Handwritten signature

Capítulo IV

Contrato-programa de desenvolvimento desportivo - nº CP/159/DDF/2016

4.1. Objeto

Constitui objeto do presente contrato a concessão de uma comparticipação financeira à execução do Programa de Atividades Regulares, nomeadamente aos projetos desportivos nos Centros de Alto Rendimento e outros apoios aos CAR, Organização de Eventos Desportivos nacionais e internacionais, ou outros projetos desportivos, Estrutura e Funcionamento e que o 2.º Outorgante apresentou ao 1.º Outorgante, e se propôs prosseguir no decurso do ano de 2016, o qual consta em anexo a este contrato-programa, o qual faz parte integrante do mesmo, publicado e publicitado nos termos do Decreto -Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro. O Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo n.º CP/159/DDF/2016 foi publicado em Diário da República, 2.ª série — N.º 180 — 19 de setembro de 2016, com o número 510/2016.

4.2. Enquadramento

O protocolo em apreço é regulado, entre outros, pelo disposto nos artigos 4.º e 20.º do Decreto-Lei n.º 98/29011, de 21 de setembro, em conjugação com as normas gerais previstas no Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, materializado pelo apoio financeiro do IPDJ, I.P. à Fundação do Desporto cumprindo os desideratos estipulados nos artigos 7.º, 46.º e 47.º da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto.

A aposta na Fundação do Desporto, enquanto parceira do Estado no desenvolvimento do desporto, foi inscrita nas Grandes Opções do Plano 12-15 pelo XIX Governo Constitucional da República Portuguesa.

Nas prioridades políticas na área do desporto ficou prevista a redefinição do modelo de gestão da Fundação com vista à revitalização desta entidade, devolvendo a confiança aos seus membros fundadores e captando novos Curadores. Neste sentido foram atribuídas novas missões onde se insere a gestão estratégica dos Centros de Alto Rendimento, o apoio à gestão destas unidades

especializadas e maximizando, deste modo, o Mecenato Desportivo, materializando outro desiderato político da diversificação das fontes de financiamento ao desporto.

O presente contrato-programa teve por finalidade o apoio à coordenação estratégica, administrativa e de gestão dos Centros de Alto Rendimento bem como a organização e a promoção de eventos desportivos, assim como de praticantes desportivos de alto rendimento.

Esta comparticipação do Estado e a conseqüente capacitação da Fundação potenciou a captação de financiamento e a rentabilização dos esforços financeiros do Estado.

Em particular salientam-se os eventos desportivos internacionais apoiados pelo presente contrato-programa que mobilizou a sociedade civil no apoio complementar viabilizando, deste modo a sua realização e a dinamização da economia.

Instituída por escritura pública a 26 de setembro de 1995 e reconhecida por portaria a 6 de fevereiro de 1996, a Fundação recebe a declaração de Utilidade Pública neste mesmo ano e reconfirmada em 2012, no cumprimento imposto pela Lei-Quadro das Fundações. Em 2013, é reconfirmado, pela Presidência do Conselho de Ministros o estatuto de Utilidade Pública publicado pelo Despacho n.º 15859/2013, em Diário da República, 2.ª Série, n.º 236, de 5 de dezembro de 2013.

O Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P., que sucede e assume as responsabilidades dos seus antecessores, designadamente o Instituto do Desporto de Portugal, I.P., em representação do Estado, é membro Fundador desta Fundação.

De acordo com os Estatutos da Fundação e com as deliberações dos seus órgãos sociais, o IPDJ, I.P. integra o Conselho de Fundadores e Curadores, o Conselho de Administração e a Comissão Executiva.

4.3. Contrato-programa

O objeto do presente contrato-programa centrou-se na comparticipação: (i) dos projetos desportivos dos CAR e outros apoios aos CAR; (ii) organização de eventos desportivos



ABphc

Adm. p. v.

internacionais; (iii) Promoção dos CAR e (iv) das atividades regulares, estrutura e funcionamento da Fundação.

4.4. Comparticipação financeira

A comparticipação financeira a prestar pelo 1.º Outorgante, ao 2.º Outorgante, para apoio à execução do programa desportivo referido na cláusula 1.ª, é no montante de 503.333,00 €.

Importa registar que o contrato-programa em apreço foi celebrado a 08 de setembro de 2016 e publicado Diário da República, 2.ª série — N.º 180 — 19 de setembro de 2016.

Em reunião de Conselho de Administração realizada a 14 de dezembro de 2016 foi aprovada a seguinte execução do contrato-programa, que posteriormente foi ratificada pelo Conselho de Fundadores e Curadores no dia 22 de dezembro do corrente:

- Valor total: € 503.333,00.
- Estrutura e funcionamento (inclui despesas com pessoal, seguros, contribuições sociais, serviços externos e fornecedores): € 143,333,00
- Programa de Desenvolvimento Desportivo – medidas (€ 366.000,00):
 - a) Medida de apoio aos projetos desportivos desenvolvidos nos CAR: € 250.000,00;
 - b) Medida de apoio a Eventos Desportivos Nacionais e Internacionais e outros projetos desportivos: € 110.000,00.

4.4.1. Apoio a eventos nacionais, internacionais e outros projetos desportivos

No que se refere à Medida de apoio a Eventos Desportivos Nacionais e Internacionais e outros projetos desportivos, indicam-se de seguida os projetos e programas apoiados como também os valores atribuídos:

Quadro 3 – Apoios concedidos a Eventos Desportivos Nacionais e Internacionais e outros projetos desportivos.

Projeto/Evento	Protocolo n.º	Apoio total	1.ª tranche/valor	2.ª tranche/valor
MTB Tour 2016 - Desafiacontece	01/FD/2016	2 500,00 €	2 000,00 €	500,00 €
Grande Prémio do Dão - ARCV	02/FD/2016	1 500,00 €	1 000,00 €	0,00 €
Meeting Maia Cidade do Desporto 2016 - Maia AC	03/FD/2016	10 000,00 €	8 000,00 €	2 000,00 €
Academia Ciclismo Anadia - FP Ciclismo & Liberty	01/FD/CAR/MEC/2016	50 350,00 €	45 000,00 €	0,00 €
Copa Ibérica de Ténis 2016 - Jamor Sports Events	04/FD/2016	5 000,00 €	4 500,00 €	0,00 €
Joana Schenker - projeto desportivo 2016	05/FD/2016	3 000,00 €	2 500,00 €	500,00 €
Dia Paralímpico 2016 - CPP	06/FD/2016	8 500,00 €	8 000,00 €	500,00 €
Campeonato da Europa Triatlo 2016 - FP Triatlo	07/FD/2016	9 500,00 €	8 000,00 €	1 500,00 €
Livro Economia Desporto - Fernando Tenreiro - FGP	08/FD/2016	4 900,00 €	4 900,00 €	0,00 €
Missão Tokyo 2020 - FP Ténis de Mesa	09/FD/2016	9 000,00 €	8 000,00 €	0,00 €
Corrida CPLP - Contra a Fome - SE CPLP	10/FD/2016	2 500,00 €	2 000,00 €	500,00 €

Invictus - F1 in Schools - AE Padre Benjamin Salgado	11/FD/2016	1 500,00 €	1 500,00 €	0,00 €
59.º Grande Prémio de Natal EDP - MCP	12/FD/2016	5 000,00 €	5 000,00 €	0,00 €
Gala dos Campeões 2016 - CDP	13/FD/2016	8 500,00 €	8 500,00 €	0,00 €
Maia Handball Cup 2016 - Maia Stars	14/FD/2016	5 000,00 €	5 000,00 €	0,00 €
	Apoio total	126 750,00 €	113 900,00 €	5 500,00 €

4.4.2. Programa de apoio aos Centros de Alto Rendimento

Na execução do último quadro comunitário de apoio, designado QREN 2007-13, foi promovida uma medida específica para o desporto, no âmbito do Programa Operacional de Valorização do Território – POVT - domínio de intervenção "Infraestruturas e Equipamentos Desportivos ". Esta medida permitiu edificar 11 Centros de Alto Rendimento (CAR) em Portugal.

Estas infraestruturas especializadas destinam-se, essencialmente, a acolher os praticantes de alto rendimento ou que integram seleções nacionais, bem como os restantes agentes que enquadram e orientam a preparação desportiva daqueles praticantes, proporcionando-lhes um conjunto de medidas de apoio e recursos adequados ao relevante papel que desempenham no desporto.

O XIX Governo Constitucional definiu, após audição pública, um Modelo de Gestão e Financiamento dos CAR que foi aprovado pela Gestão do Programa Operacional de Valorização do Território - POVT. O Modelo foi aceite pelos Governos subsequentes.

À Fundação do Desporto foi confiada a missão de coordenar a gestão dos CAR.

O Modelo de Gestão dos CAR foi solicitado pela gestão do Programa Operacional Temático de Valorização do Território (POVT) aquando da reprogramação de financiamento público, no âmbito

do domínio de intervenção “Infraestruturas e Equipamentos Desportivos”, do Eixo IX e no quadro da rede definida pelo Despacho n.º 10642/2009, de 24 de Abril, Diário da República, 2ª Série. Esta reprogramação permitiu introduzir uma alteração na taxa máxima de cofinanciamento aplicável à tipologia de operações «Equipamentos especializados» que constituam centros de apoio ao desporto de alto rendimento, os quais são considerados como prioritários no âmbito do referido Regulamento, de 70% para 85%, passando a não haver teto para a despesa elegível.

Este Modelo de Gestão foi, de seguida, proposto ao Conselho de Fundadores da Fundação do Desporto e aprovado em sede deste órgão.

O modelo de gestão prevê o funcionamento, no seio da Fundação do Desporto, de uma Comissão Executiva de Gestão dos CAR. Desta Comissão fazem parte a Associação Nacional de Municípios Portugueses, o Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P., o Comité Olímpico de Portugal, o Comité Paralímpico de Portugal, a Confederação do Desporto de Portugal, o tecido empresarial, representado pela EDP – Energias de Portugal e a Administração da Fundação do Desporto.

A Fundação, com o apoio do Governo e da Administração Pública criou, dentro do seu Programa de Apoio Desportivo aos CAR, uma medida de apoio aos projetos desportivos a executar nos CAR (esta medida permite compartilhar os projetos dos CAR na medida da sua dotação anual que é constituída pelo financiamento público e privado disponível) e, por deliberação da Comissão Executiva da Fundação do Desporto foi criado um Fundo de apoio ao equipamento e apetrechamento dos CAR, de acordo com o previsto no Modelo de Gestão dos CAR aprovado pelo POVT.

O fundo descrito foi pensado para “[a] manutenção a longo prazo, nomeadamente, a substituição de materiais e equipamentos (...)”. No Modelo de Gestão dos CAR ficou determinado que o apoio a estas infraestruturas especializadas se operacionalizaria através, também, da “(...) criação de um Fundo dentro da estrutura orçamental e contabilística da Fundação do Desporto que captará uma percentagem das verbas investidas na Fundação”.

Ademais, ficou definido que caberia ao IPDJ, IP a transferência de uma verba para o funcionamento da Fundação do Desporto, que incluiria o financiamento das medidas a definir para apoio aos CAR, onde se incluía a constituição deste Fundo e do apoio aos projetos desportivos.

A Fundação, com o apoio da Administração Pública criou, dentro do seu Programa de Apoio ao Desenvolvimento Desportivo, uma outra medida destinada ao apetrechamento e equipamento dos CAR. Esta linha permite compartilhar os projetos de qualificação ou requalificação material e de equipamentos, prioritariamente de natureza tecnológica, na medida da sua dotação anual, que é constituída pelo financiamento público e privado disponível.

Em suma, estas duas medidas foram operacionalizadas, já em 2016, da seguinte forma:

a) Aviso n.º 01/A1/FD/CAR/2016, Programa de Desenvolvimento Desportivo, Medida de apoio aos projetos desportivos dos CAR: Viana do Castelo, Maia, V. N. Gaia, Aveiro - S. Jacinto, Nazaré, Caldas da Rainha, Rio Maior, Montemor-o-Velho, Anadia/Sangalhos, Vila Real de St.º António, no total de € 250.000,00;

b) Aviso n.º 02/A2/FD/CAR/2016, Programa de Desenvolvimento Desportivo, Medida de apoio ao apetrechamento e equipamentos tecnológicos desportivos dos CAR: Viana do Castelo, Maia, V. N. Gaia, Pocinho - Foz Côa, Aveiro - S. Jacinto, Caldas da Rainha, Rio Maior, Montemor-o-Velho, Anadia/Sangalhos, Nazaré, Vila Real de St.º António, no total de € 125.000,00.

A sessão de assinatura dos instrumentos de financiamento decorreu na Nazaré, no dia 23 de novembro. A Fundação do Desporto assinou 21 protocolos de financiamento para Centros de Alto Rendimento que integram a Rede Nacional CAR, num apoio total de 375.000,00 euros. Esta verba é dedicada a projetos desportivos e de apetrechamento e equipamento tecnológico, no seguimento de candidaturas apresentadas pelos CAR às medidas de apoio lançadas pela Fundação do Desporto para 2016.

O anúncio oficial destes apoios decorreu na Biblioteca Municipal da Nazaré, no dia 23 de novembro, numa cerimónia que teve como anfitrião Walter Chicharro, presidente da Câmara Municipal da Nazaré e onde estiveram presentes, ainda, Carlos Marta, presidente da Fundação do Desporto, Augusto Baganha, Presidente do Instituto Português do Desporto e Juventude, tendo representado João Paulo Rebelo, Secretário de Estado da Juventude e Desporto, a que se juntaram vários Presidentes de Câmara Municipal, designadamente, Isaura Morais, de Rio Maior, Gustavo Duarte, de Foz Côa, Emílio Torrão, de Montemor-o-Velho, bem como Vice Presidentes de Municípios, assim como outros representantes dos CAR.

Um outro vetor determinante da viabilidade financeira destas infraestruturas passa pela promoção internacional e pela cooperação externa.

Para cumprir com o desiderato está a ser ultimada uma outra candidatura ao SAMA para a qualificação e capacitação dos CAR para a modernização administrativa.

A missão da Fundação do Desporto foi formalmente legitimada por parte do Governo, através do Despacho n.º 11258/201 publicado a 8 de outubro de 2015 em Diário da República, que veio instituir a nova Rede Nacional de Centros de Alto Rendimento. À Fundação do Desporto foi confirmada a função de "entidade de coordenação nacional" e de responsável pela "promoção internacional" da Rede Nacional de Centros de Alto Rendimento. Cabe à Fundação do Desporto, ainda, propor à tutela "os critérios, requisitos e procedimentos para a integração ou exclusão de infraestruturas desportivas da Rede Nacional de Centros de Alto Rendimento, bem como avaliar e propor candidaturas destes centros de alto rendimento".

De acordo com o artigo 4.º dos Estatutos da Fundação do Desporto, "Objeto e atribuições", ponto número 5 "[A] Fundação pode articular com outros países no âmbito dos Centros de Alto Rendimento e outras ações de âmbito desportivo, em parceria com as entidades do Estado português responsáveis pela cooperação internacional".

Dentro desta última linha de atuação a Fundação articula com o IPDJ, IP a operacionalização de todas as missões internacionais que se relacionem com os CAR.

Quadro 4 – Apoios concedidos aos projetos desportivos dos CAR.

CAR/projetos desportivos	PERCENTAGEM	Apoio efetivo a conceder
Viana do Castelo	8%	20 000,00
Maia	12%	31 000,00
V. N. Gaia	9%	22 000,00
Aveiro - S. Jacinto	7%	19 000,00

Nazaré	7%	17 500,00
Caldas da Rainha	7%	17 500,00
Rio Maior	11%	28 000,00
Montemor-o-Velho	12%	30 000,00
Anadia/Sangalhos	13%	32 500,00
Vila Real de St.º António	13%	32 500,00
Unidade/valor total do investimento	100%	250 000,00

Quadro 5 - apoios concedidos no âmbito da Medida de apoio ao apetrechamento e equipamentos desportivos dos CAR.

CAR/Apetrechamento e Equipamento Tecnológico	PERCENTAGEM	Apoio efetivo a conceder
Viana do Castelo	9%	11 000,00
Maia	9%	12 000,00
V. N. Gaia	7%	9 000,00
Pocinho - Foz Côa	10%	13 000,00
Aveiro - S. Jacinto	9%	11 000,00
Caldas da Rainha	8%	10 000,00
Rio Maior	10%	13 000,00
Montemor-o-Velho	8%	10 000,00
Anadia/Sangalhos	10%	13 000,00
Nazaré	8%	10 000,00
Vila Real de St.º António	10%	13 000,00
Unidade/valor total do investimento	100%	125 000,00

4.4.3. Projetos desportivos no âmbito da medida A1/FD/CAR/2016.

i) Critérios de avaliação dos projetos desportivos

- a) Conteúdo técnico do projeto, qualidade de coerência relativa à contextualização do projeto (10 pontos);*
- b) Objetivos (10 pontos);*
- c) Número de destinatários (10 pontos);*
- d) Número de iniciativas constantes do projeto (10 pontos);*
- e) Articulação com outros programas nacionais ou regionais de apoio (10 pontos);*
- f) Implicação financeira da CGL (10 pontos);*
- g) Modalidades olímpicas/paralímpicas (10 pontos);*
- h) Histórico de prestação (resultados desportivos) das modalidades/disciplinas nos últimos 2 anos (10 pontos);*
- i) Taxa de sucesso dos programas anteriores (10 pontos);*
- j) Independência financeira do projeto face ao apoio solicitado (10 pontos).*

ii) Projetos desportivos - ACTIVIDADES DO PROJETO DESPORTIVO AVISO 1

CAR de ANADIA

Estágios e clinics nas diferentes modalidades enquadradas pelo CAR. Estágios e Provas nacionais e internacionais de Ciclismo, Open's, Estágios nacionais e internacionais e Torneios de Ginástica Artística, Rítmica, Acrobática e de Trampolins, Circuitos de Esgrima, Estágios de Judo, Estágios, Taça de Portugal e Meeting Internacional de Pentatlo Moderno. Formação de treinadores e juizes. Competições do quadro competitivo nacional. Avaliação e controlo do treino.

AVEIRO

1ª e 2ª Edições do Encontro de Escolas de Surf da Península Ibérica, Etapa do Circuito Regional do Norte de Surf.

CALDAS DA RAINHA

Estágios de Badminton de preparação para competições internacionais, Estágios internacionais com atletas de Portugal, Espanha, Itália, Bélgica, Dinamarca e França. Estágios e clinics das seleções nacionais de Badminton (vários escalões). Inclui-se, igualmente, estágios de seleções estrangeiras. Pressupõe a construção de um programa de metodologia, controlo e avaliação de treino, no qual é perspectivada a realização de acompanhamento individualizado, tanto em termos técnicos como médicos e fisioterapia, que permita a recolha de dados no sentido do melhoramento da metodologia, controlo e avaliação no sentido da otimização de treino e condição física.

VN GAIA

Concentrações, estágios e Clinics de aperfeiçoamento técnico-desportivos, Eventos nacionais e internacionais, Ações de formação, informação e sensibilização de praticantes, técnicos e agentes desportivos, contratação de assistentes técnicos, operacionais e técnicos desportivos para acompanhamento dos atletas em formação no CAR.

MAIA

Estágio e Taça Internacional Maia Jovem em Ténis, Taça do Mundo de Ginástica Acrobática. Enquadramento do treino de alto rendimento de parte importante dos praticantes de alto nível portugueses no atletismo, ginástica e ténis.

MONTEMOR-O-VELHO

Clinics e Sessões de aperfeiçoamento técnico de Remo e Canoagem, Workshops de natação em águas abertas; promoção de encontros de praticantes por modalidade e por escalão; envolvimento dos diferentes agentes desportivos do CAR para o trabalho conjunto no desenvolvimento da modalidade; potenciar análises das componentes técnicas das modalidades; sessões de esclarecimentos e informativas para equipas técnicas do treino desportivo;

desenvolver e criar condições para a execução de investigações científicas na área da canoagem e do remo - sessões de investigação científica, Colóquios Internacionais e Estágios de Triatlo.

NAZARÉ

Estágios de seleções nacionais de Andebol e Surf, Concentrações de Clubes e Associações de Surf, Eventos e Conferências de Surf e Bodyboard. Formação de agentes na área do Surf, Longboard e Bodyboard.

RIO MAIOR

O principal objetivo estratégico do projeto desportivo deste CAR reside na preparação da seleção nacional de natação residente para os JO de 2020. A execução do apoio concedido centra-se nos recursos humanos (Gastos com Pessoal e Honorários), rendas e componente de apoio aos atletas. A natureza e montante dos apoios dependem do tipo de ações a desenvolver: para os nadadores em regime de internato a FPN assume 50% do valor total da despesa com alojamento e alimentação, sendo o remanescente da despesa repartido entre a Fundação do Desporto e a Desmor, EM SA; Para as ações pontuais de treino e de avaliação, a FPN assume 50% das despesas solicitando financiamento à Fundação do Desporto. O CAR de Rio Maior obedece a dois modelos de funcionamento. Em regime de internato, providenciando aos nadadores integrados neste sistema todas as condições necessárias para a sua preparação desportiva ao longo da totalidade da época desportiva, e outro, que providencia apoio às ações pontuais de treino e de avaliação idealizadas pelo Departamento Técnico da FPN para as diferentes Seleções Nacionais.

VIANA DO CASTELO

Avaliação, controlo e otimização do treino; Apoio médico e exames médico-desportivos; Estudos e investigações na área do desporto; Estágios e Clinics de seleções, clubes e equipas; Ações de formação certificadas, Seminário Internacional Surf e Rendimento, Apoio à investigação no ensino superior, Intercâmbios de clubes e escolas; Eventos desportivos - Circuitos de Surf do Norte

Esperanças e Bodyboard do Norte, 3 etapas do Circuito Surfing de Viana. Encontro de Surf Adaptado e Edição de Vídeos Tutoriais.

VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

Estágios e Concentrações de Lançamentos, Velocidade, Saltos e Marcha (Atletismo), Estágios Individualizados de Atletas do Projeto Tóquio 2017. Grande número de atividades competitivas e de formação dos diferentes agentes desportivos nas modalidades enquadradas pelo CAR.

4.4.4. Apetrechamento e equipamento no âmbito da medida A2/FD/CAR/2016

i) Critérios de avaliação dos projetos desportivos

- a) Natureza dos equipamentos (30 pontos);*
- b) Justificação da necessidade do equipamento (30 pontos);*
- c) Objetivos e metas associados à aquisição do equipamento (20 pontos);*
- d) Conformidade dos montantes associados ao projeto e os valores de mercado (20 pontos).*

ii) Apetrechamento por CAR - Aquisição dos equipamentos do PROJETO DESPORTIVO AVISO 2 – Apetrechamento

CAR de ANADIA

Para Ciclismo:

Esteira rolante elétrica de corrida, <bicicleta de laboratório SRM Ergometer com Torque Analysis, 1 Sistema SRM Wireless Training System Track, 1WTST SRAM 2x10 GXP, 1WTST BMX Shimano compatible, 4 Rodas Mavic IO Carbono Pista Frente, 4 Rodas Mavic Comet Carbono Traseira Pista, 4 Rodas Mavic Comet Carbono Frente Pista, Sistema Plux Research – PhysioPlux.

Para Ginástica:

2 pares de pads para cavalo com arçõs (Spieth), 1 par de arçõs para cavalo com arçõs, 4 trampolins Eurochamp Ultimate 4x4, 1 Duplo Minitrampolim Eurochamp Ultimate 6x6, 6 kits molas de reposição para trampolins, Rolo "TRIFLEX" Special 26x2m, 35mm para Tambling, especial multi-plyfoam com topo, Sistema de Filmagem vídeo/televisão (Timewarp ou outra) para registo videográfico de apoio ao treino, com várias câmaras dispostas e disponíveis para serem utilizadas para o efeito.

Para Judo:

5 Tatami AGGLOREX Standart 1mx5cm D-230kg/m³ – Amarelo, 4 Barras Olímpicas, 1 Banco Remada, 1 Banco Supino, 1 Armário para pesos Livres, 1 Armário para Kettlebells, 1 Kettlebells 12kg, 1 Kettlebells 16kg, 1 Kettlebells 20kg, 1 Kettlebells 32kg, 1 Gaiola Agachamento, 2 Corda Funcional (38mm, 9mts).

CAR de AVEIRO

Equipamento técnico essencial para a prática do Surf, Bodyboard e Longboard: Pranchas, Fatos isotérmicos, Skates de treino de surf, Coletes salva-vidas; Equipamento de apoio à realização de treinos: Tendias telescópicas, cadeiras e mesas, Sistema de som e comunicação (colunas e microfones); Equipamento de ginásio para preparação física dos atletas.

CAR de CALDAS DA RAINHA

PREMIUM-COMBI Correntes (eletroterapia) + Ultra-Sons, Unidade de vácuo II Sem Suporte Rodado, Suporte Rodado, Sono Mãos-Livres (aplicador de ultra-sons), Suporte para AhndsFree Sono, LYMPHASTIM 12 EASY (drenagem linfática), Manga/Calças (calças com abdómen com 24 câmaras), Suporte Rodado para Lymphastim, Marquesa Elétrica 2 Secções 1 Motor, Hidrocoletor para Compressas quentes.

CAR de Vila Nova de GAIA

Aparelho SR3800 Long Range Sports Radar Speed Gun; Máquina de gelo para tratamentos de Crioterapia; Contratação de serviços de médicos e fisioterapeutas.

CAR da MAIA

1 Omnia 8 de Treino Funcional, 2 Barras Olímpicas 30mmx218cm-20.00kg, 2 Barras Olímpicas 28mmx183cm-15.00kg, 1 Suporte para barras olímpicas, 1 Máquina Crioterapia, 1 Plataforma de Levantamento de peso livre, 1 Capa intempéries salto em altura, 1 Capa intempéries salto à vara, 1 Estrado Salto em Altura, 1 Estrado Salto à Vara, 1 Kit de iniciação, 1 Colchão de Queda Superficial Salto à Vara/Altura, 1 Praticável Ginástica Desportiva homologado, 1 Praticável Ginástica Ritmica homologado, 2 Trampolins GYMNOVA Ref.2186, 2 Trampolins GYMNOVA Ref.2187, 2 Proteções Salto GYMANOVA Ref.2115, 1 Paralelas Assimétricas Modelo Rio GYMANOVA, 10 Colchões de Receção Fosso GYMANOVA Ref. 7012, 2 Traves Baixas GYMANOVA Ref. 3672, 1 Mesa de Saltos Trampolim embutido GYMANOVA, 2 Pistas de Salto de Cavalo GYMANOVA Ref.2106, 1 Software MotionPro, 1 Câmara de Vídeo Panasonic UHD 4K HC-VXF990, 1 Tripé, 1 PC Portátil Mac, 4000 Bolas de Treino e Competição.

CAR de MONTEMOR-O-VELHO

Bolas de marcação para pista náutica, Contentores/módulos para Juízes, Equipamentos/materiais necessários para segurança dos organizadores, trabalhadores e demais intervenientes nas competições, Colocação de um módulo Pré-fabricado para pesagem, 7 unidades de ar condicionado portáteis, Material sinalizador, Apetrechamento das torres de controlo (apoios para cronómetros).

CAR de NAZARÉ

Equipamento de treino (1 Jaula e acessórios diversos), Equipamento de monitorização (5 unidades de pulsómetros com GPS integrado), Colchões novos para a residência.

CAR do POCINHO

Embarcação a motor para observação do treino, Embarcação semi-rígida, incluindo motor e atrelado com consola centralizada com capacidade para 4 pessoas, motor fora de borda a 4 tempos de 15hp e arranque elétrico.

CAR de RIO MAIOR

1 equipamento OPTOJUMP, 1 SWIM Speedo-Meter e Rede Wireless para o CAR.

CAR de VIANA DO CASTELO

1 Mota de água Yamaha VXS Wave Runner, Fatos de Surf Quisilver (neopreno de 4mm e 3mm com osturas cozidas e coladas), Pranchas de Surf Evolution Epoxy Pranchas de Bodyboard Science – By Mike Stewart, Acessórios técnicos (Leashes, barbatanas e Cera), Caixa estanque Nimar Water Sports, Máquina fotográfica CANON EF70-200mm f/2.8 L USM, Microfone RODE Rodelink Filmmaker, PAHNTOM 4 Drone, Skate – Streetboardz.

CAR de VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

Bicicleta de Treino Especializado e Avaliação, Rolo para bicicleta, Software tacs trainer 4.0 advanced, Cardíofrequencímetro para utilizar na água, Blocos de partida para as partidas de natação, Estação Meteorológica portátil, Mesa para aparelhos com rodas e carrinho funcional com bandejas, Vasa Trainer com Ergómetro, Altitrainer, Analisador de gases K4 b2, Aumento de área e capacidade da Rede Wireless.

Capítulo V

Projeto "INTERNACIONALIZAÇÃO DA REDE NACIONAL DE CAR DE PORTUGAL"



UNIÃO EUROPEIA

Fundos Europeus
Estruturais e de Investimento

No âmbito do Sistema de Apoio a Ações Coletivas (SIAC), com enquadramento no Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (COMPETE 2020)

5.1- Enquadramento ao nível do Portugal 2020

Código: 02/SIAC/2015

Designação: Sistema de Apoio a Ações Coletivas - Internacionalização

Programa Operacional: Programa Operacional Competitividade e Internacionalização

Objetivo Temático: OT 3 - Reforçar a competitividade das PME

Prioridade de Investimento: PI 3.2 - O desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à internacionalização

Tipologia de Intervenção: TI 52 - Internacionalização das PME

5.2- Enquadramento ao nível do Compete 2020

A parceria que agora se formaliza visa o desenvolvimento do Projeto "INTERNACIONALIZAÇÃO DA REDE NACIONAL DE CAR DE PORTUGAL" no território correspondente à NUTS II do Norte, Centro e Alentejo.

5.3- Objetivos

O Projeto "INTERNACIONALIZAÇÃO DA REDE NACIONAL DE CAR DE PORTUGAL" visa Promover internacionalmente o produto, equipamentos e recursos associados aos Centros de Alto



Alph

Amant

Rendimento de Portugal, definindo e implementando uma estratégia de marketing internacional com vista ao reforço da visibilidade internacional da oferta de bens e serviços da Rede de CAR em Portugal, atenuando a diferença entre a sua qualidade intrínseca e a qualidade percebida pelos mercados. O projeto prevê igualmente a prospeção, conhecimento e acesso a novos mercados, bem como o desenvolvimento de processos colaborativos de internacionalização, da partilha de conhecimento e capacitação da Rede de CAR para a internacionalização. Este projeto abrange todos os CAR situados na região Norte, Centro e Alentejo.

5.4- Objetivos específicos

Os objetivos específicos do Projeto **"INTERNACIONALIZAÇÃO DA REDE NACIONAL DE CAR DE PORTUGAL"** são:

- a) Planear e avaliar a operação de marketing, promoção e comunicação internacional para os mercados externos dos CAR;
- b) Criar e registar a marca dos CAR;
- c) Promover o trabalho em rede entre os CAR e entidades da envolvente para partilha de conhecimento e capacitação da rede para a internacionalização;
- d) Caracterizar os novos mercados-alvo e avaliar do grau de penetração nesses mercados;
- e) Realizar ações de prospeção internacional dos CAR com agentes dos mercados-alvo internacionais;
- f) Promover internacionalmente a rede de CAR, enquanto produto/serviço diferenciado, reforçando a visibilidade internacional da oferta nacional, e aumentando a qualidade percebida por parte dos mercados;
- g) Criar uma aplicação eletrónica, suportes multimédia, e respetiva divulgação online;
- h) Comunicar, promover e difundir os objetivos, atividades, resultados e produtos do projeto.

5.5- Arquitetura do projeto

O projeto está estruturado 4 etapas, consubstanciada em 7 grandes atividades e 23 tarefas específicas.

Quadro 6 – Estrutura do projeto de internacionalização dos CAR.

PROMOTORES
PROMOTOR LÍDER: Fundação do Desporto
PARCEIRO NÃO EXECUTIVO: UTAD
POTENCIAIS PARCEIROS: Turismo do Porto e Norte de Portugal, Turismo do Centro e Entidade Regional de Turismo do Alentejo (incluindo os Pontos de informação Turística locais) e a AICEP.
COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL NACIONAL: Fundadores e Curadores da Fundação do Desporto; IPDJ, IP (Autoridade para o Desporto) e entidades que integram as CGL dos CAR.
ORGANISMO INTERMÉDIO DE ACOMPANHAMENTO DO PROJETO: Turismo de Portugal, I.P.
OUTRAS ENTIDADES: AEP, AIP, MNE e Instituto Camões (missões internacionais).

Quadro 7 – Componentes do projeto de internacionalização dos CAR.

AÇÕES	TIPOLOGIAS DE PROJECTOS	ATIVIDADES
1. Plano de Marketing Internacional para os CAR, Criação e Registo de Marca	Processos colaborativos de internacionalização, da partilha de conhecimento e capacitação para a internacionalização	Ações de Benchmarking a outras redes colaborativas internacionais no âmbito dos centros de alto rendimento desportivos.
		Avaliação diagnóstica do potencial de internacionalização dos CAR de Portugal Seleção de 10 Novos Mercados-Alvo.

		Plano de Marketing Internacional dos CAR de Portugal.
		Sessão Pública Nacional para apresentação dos resultados das ações de benchmarking, da avaliação do potencial de internacionalização dos CAR e do Plano de Marketing Internacional dos CAR de Portugal.
		Criação de Marca dos CAR de Portugal.
		Registo da Marca dos CAR de Portugal.
<p>2. Criação e dinamização de uma rede de cooperação para a internacionalização dos CAR em Portugal</p>	<p>Processos colaborativos de internacionalização, da partilha de conhecimento e capacitação para a internacionalização</p>	<p>Workshops temáticos, em diversas áreas, relacionando a Internacionalização e o Marketing Desportivo com diversos temas, entre outros, a Excelência na Gestão de CAR - Boas Práticas de Gestão, a Sustentabilidade dos CAR, a Certificação dos CAR, a Gestão do Marketing dos CAR, a Gestão do Marketing Digital e TIC dos CAR, a Gestão Financeira do CAR, a Gestão de Recursos Humanos nos CAR. Os temas serão definidos de acordo com a avaliação diagnóstico efetuada do potencial de internacionalização dos CAR. Serão desenvolvidos Cadernos Temáticos por cada tema, útil na capacitação dos CAR nacionais. Estes workshops serão desenvolvidos para todos os CAR a nível Nacional por forma a potenciar a partilha de experiências e o trabalho em Rede.</p>

<p>3. Identificar e caracterizar oportunidades de mercado internacionais de destino para a Rede de CAR em Portugal</p>	<p>Prospecção, conhecimento e acesso a novos mercados</p>	<p>Caracterização das oportunidades de mercado dos CAR em 10 novos mercados identificados, para as 16 modalidades realizados por consultores internacionais. Seleção das 5 modalidades TOP 5 com maior potencial de Internacionalização em cada um dos 10 mercados.</p> <p>Reuniões de validação das oportunidades identificadas com atores chave dos mercados-alvo (AICEP e Embaixadas).</p> <p>Ações de Promoção Internacionais com a organização de reuniões e contatos exploratórios internacionais nos mercados alvo, assessorados por consultores especialistas para dar a conhecer a oferta nacional de CAR. Realização de encontros nos mercados alvo com realização de reuniões com representantes dos mercados alvo ao nível da comissão de desporto do parlamento, universo desportivo, do Governo e da Administração Pública.</p> <p>Realização de uma missão de reconhecimento com visita de prospetores internacionais (jornalistas, <i>opinion makers</i>, entre outros) para conhecimento da oferta nacional de CAR, apoiadas por consultores especialistas. Visita a Portugal de um grupo de 20 prospetores, correspondendo a 2 de cada mercado durante 3 dias. A equipa de consultoria afeta à atividade, será responsável pela preparação, gestão, acompanhamento e avaliação da ação.</p>
---	---	---

		<p>Realização de uma missão de reconhecimento com visita de representantes internacionais das modalidades prioritárias selecionadas oferecidas pelos CAR, para conhecimento da oferta nacional de CAR, apoiadas por consultores especialistas. Visita a Portugal de um grupo de 50 representantes das modalidades, correspondendo às TOP 5 de cada um dos 10 mercados, durante 3 dias. A equipa de consultoria afeta à atividade, será responsável pela preparação, gestão, acompanhamento e avaliação da ação.</p>
<p>4. Promoção Internacional da Rede de CAR</p>	<p>Promoção internacional integrada da oferta portuguesa de bens e serviços</p>	<p>Campanha de comunicação internacional da Rede de CAR nos novos mercados alvo.</p> <p>Presença Institucional em Certames Internacionais de referência nos novos mercados alvo.</p>

<p>5. Criação de Plataforma Digital e Produção de Meios para a Rede de CAR</p>	<p>Processos colaborativos de internacionalização, da partilha de conhecimento e capacitação para a internacionalização</p>	<p>Conceção de imagem corporativa do projeto e suportes diversos.</p>
		<p>Produção de suportes promocionais e merchandising.</p>
		<p>Realização de aplicação para visitas virtuais à rede de CAR.</p>
		<p>Desenvolvimento da Aplicação Eletrónica da Rede de CAR, Marketing Digital Viral em 5 línguas e Newsletter e outros instrumentos de comunicação digital.</p>
		<p>Produção digital e física de livros técnicos sobre a rede de CAR e brochuras</p>
		<p>Produção de vídeos promocionais da Rede de CAR, com áudio, em 5 línguas em diversos formatos para diferentes meios de broadcast e difusão</p>
<p>6. Promoção e Divulgação do Projeto</p>	<p>Processos colaborativos de internacionalização, da partilha de conhecimento e capacitação para a internacionalização</p>	<p>Realização de uma ação de lançamento institucional do projeto, com a presença de especialistas internacionais na gestão de CAR para apresentação de boas práticas.</p>
		<p>Realização de um seminário de encerramento institucional do projeto, com a presença de especialistas internacionais na gestão de CAR para avaliação das boas práticas do Projeto.</p>
		<p>Campanha nacional de comunicação do Projeto.</p>
<p>7. Gestão e Acompanhamento do Projeto</p>	<p>Componente Transversal Recursos Humanos</p>	

5.6- Potencialidades do projeto

Fatores Internos / Pontos Fortes

- Excelência dos equipamentos e infraestruturas da rede CAR Portugal, com elevada qualificação técnica e científica associada e de reconhecimento internacional;
- Complementaridade entre as modalidades dos diversos CAR, que possibilita a criação de uma oferta de serviços abrangentes e complementares;
- Existência de uma rede de CAR Portugal e de um organismo líder para a sua promoção e gestão, que permite organizar e estruturar a oferta dos seus serviços de forma conjunta e alcançar um posicionamento mais predominante nos mercados externos.

Fatores Internos / Pontos Fracos

- Apesar da qualidade reconhecida a nível internacional, existe um reduzido conhecimento das qualidades e características dos equipamentos e infraestruturas dos CAR Portugal nos mercados externos, nomeadamente junto dos grupos-alvo;
- Reduzida promoção e divulgação dos CAR nos mercados externos;
- Inexistência da Marca CAR Portugal com identidade própria;
- Reduzido conhecimento especializado sobre os mercados internacionais com potencial para a internacionalização dos CAR, principalmente dos pouco tradicionais;
- Ausência de uma estratégia de marketing para o CAR Portugal nos mercados externos;
- Inexistência de instrumentos de divulgação, promoção e disseminação das características dos CAR Portugal.

Fatores Externos / Oportunidades

- Existência de um elevado número de equipamentos e infraestruturas pouco rentabilizadas e com elevado potencial nos mercados internacionais territorialmente distribuídos,
- Existência de condições de segurança, sistema de saúde, acessibilidades e geografia vantajosas relativamente a outros destinos concorrentes;
- Património natural e condições climáticas propícias à prática de desporto;

- A complementaridade da prática de desporto com atividades de turismo;
- Disponibilidade de apoios financeiros para a internacionalização.

Fatores Externos / Ameaças

- Concorrência internacional de mercados com forte posicionamento no sector;
- Reduzido conhecimento nos mercados externos das características e potencialidades da rede CAR Portugal;
- A crise económica, europeia e mundial, com consequentes constrangimentos financeiros no apoio ao desporto;
- Rápida evolução técnica e científica nas diferentes modalidades.

5.7- Orçamento do projeto

Quadro 8 – estrutura orçamental do projeto de internacionalização dos CAR.

Orçamento global	€ 1.457.701,48
Incentivo	€ 1.181.153,60
Compromisso da entidade beneficiária Despesas não comparticipadas	€ 208.438,87 € 68.109,01
Compromisso da Fundação do Desporto	€ 276.547,88

Capítulo VI

Execução orçamental e financeira

Adicionalmente foi dado seguimento ao programa de cumprimento dos compromissos financeiros dos Membros Fundadores efetivos, não só em relação ao passivo existente, como também encontrar o caminho para a adesão de outros mecenas no futuro.

De acordo com a estratégia definida foram encetadas mediadas tendentes à realização de capital inicial patrimonial em dívida. A programação aprovada em outubro de 2013 tem vindo a ser levada a cabo com sucesso. De acordo com o estabelecido foi possível captar os seguintes montantes de dotação patrimonial inicial em dívida pelos instituidores e fundadores: Confederação do Desporto de Portugal € 19.699,80 e SDRS - SPORTS DIVISION SR, S.A., € 49.879,79. Adicionalmente foi possível recuperar € 30.000,00 de dotações anuais relativas aos anos de 2014, 2015 e 2016 da SDRS - SPORTS DIVISION SR, S.A.

Tem vindo a ser operacionalizado um programa de entregas regulares anuais no valor de € 10.000,00 por cada Fundador ou Curador, não existindo valores por cobrar.

No âmbito dos Estatutos desta Fundação aos membros Fundadores e Curadores é devida, desde 2014, uma cota a título de dotação anual, previsão inscrita no capítulo dedicado ao regime patrimonial, no seu artigo 5.º. O montante anual de participação dos Curadores foi definido em reunião de 18 de dezembro de 2013 pelo Conselho de Fundadores e Curadores.

Determinam os Estatutos que o património da Fundação poderá ser constituído, para além das dotações anuais, pelos donativos ou subsídios, ordinários ou extraordinários que sejam concedidos pelo Estado ou outras entidades.

Foi, igualmente, descontado o devido valor para o Fundo Permanente de Investimento tal como estipulado em sede estatutária. Os Estatutos da Fundação, no artigo 6.º, definem a constituição de um Fundo Permanente de Investimento que até hoje não foi criado, desde outubro de 2013, aquando da aprovação dos novos normativos orgânicos. O n.º 1 desse artigo estipula que cabe ao Conselho de Administração definir e os rendimentos e bens a afetar a esse Fundo. Diz, também, que o montante a afetar a este Fundo não pode ser inferior a 10% das contribuições



ABP/LH

Américo

anuais recebidas dos fundadores. Foi deliberado em Conselho de Administração e ratificado pelo Conselho de Fundadores e Curadores em março de 2015 o seguinte:

- a) O montante não deve ser superior a 10% das contribuições anuais recebidas dos fundadores;
- b) Para o cálculo do montante referido na alínea anterior devem, apenas, ser consideradas as dotações anuais obrigatórias definidas em dezembro de 2013 e apenas aquelas que corresponderem aos membros Fundadores e não dos novos Curadores – de acordo com o anexo II dos Estatutos e alínea a) do n.º 1 do artigo 15.º da Secção I.

Nestas mesmas reuniões, relativas ao disposto na alínea m) do art.º 26.º dos Estatutos – fixação de limites de dotações e donativos em espécie à Fundação. Foi deliberado que:

- a) por regra, não sejam definidos limites a dotações ou donativos feitos em espécie;
- b) salvaguardando, no entanto, que, se esse donativo for realizado para o pagamento das dotações anuais, tal “espécie” deve ser avaliada num mínimo de € 10.000,00;
- c) por razões de natureza fiscal não devem ser aceites dotações anuais ou de capital inicial em serviços.

De igual modo, está a ser liquidada a dívida programada da Fundação à RTP e nestas parcelas é descontada a dotação anual desta entidade instituidora à Fundação, tal como consta do protocolo de reconhecimento e acordo de pagamento da dívida celebrado em dezembro de 2015, uma dívida que se arrastava há 12 anos a esta parte. Neste momento foram já entregues à RTP o correspondente a € 100.000,00.

A Fundação do Desporto, depois deste acordo de pagamento em apreço não apresenta dívidas a terceiros.

O resultado líquido mostra um resultado positivo de € 550,66, que se propõe que seja levado à conta de resultados transitados.

O exercício assume, contudo, um valor social significativo se considerado em conjugação com um desembolso de € 815.378,98 em programas e projetos desportivos nacionais e internacionais, dos quais se destacam € 646.824,00 em projetos desportivos, apetrechamento e promoção dos

CAR, € 126.750,00 € em eventos e projetos especiais, fruto da captação de € 922.260,97 de financiamento no mesmo período de tempo.

Confrontando estes valores com o resultado negativo transitado do exercício de 2013, no valor de - € 92.057,24 e de - € 13.249,64, relativo ao exercício de 2014, conclui-se que o exercício de 2016 foi positivo, uma vez que se havia registado um valor, igualmente positivo e € 123.950,28 no exercício de 2015, totalizando dois exercícios positivos consecutivos.

De notar, igualmente, que os fundos patrimoniais a 31 de dezembro de 2016 ascendem ao valor de € 3.656.043,66 comparativamente com a posição a 31 de dezembro de 2015 no montante de € 3.487.464,40.

Do exercício de 2016 destacam-se as seguintes rubricas:

- a) Subsídios totais à exploração 920.260,97
- b) Apoio do Estado (IPDJ, IP) 2016 503.333,00
- c) Investimento na promoção e apoio aos CAR (815.378,98)
- d) Apoio do IPDJ, IP 2016 (CAR) 366.000,00

Quadro 9 - Resumo dos principais projetos operacionalizados em 2016.

Contrato	Valor total	Valor recebido	Valor executado	Valor a receber
Contrato -Programa de Desenvolvimento Desportivo n.º CP/159/DDF/2016	503.333,00 € - 360.000,00 €, destinada a compartilhar programas de apoio e promoção dos CAR; 143.333,00 €, destinada a compartilhar os custos com despesas de funcionamento.	503.333,00 €	503.333,00 €	0,00 €
Project Number: 567199-EPP-1-2015-2-ES-SPO-SCP ERASMUS +	24.935,90€/ orçamento do parceiro F.D. - cofinanciamento C.E. 19.948,72 € - 20% da F.D. 4.987,18 €.	3.989,74 €	9.502,42 €	15.958,98€
Projeto n.º 15171 - SIAC – POCI – Portugal 2020	Orçamento global : € 1.457.701,48; Elegível: € 1.389.592,47; Incentivo: € 1.181.153,60; Compromisso da F.D.: € 276.547,88.	284.938,23 €	367.558,57 €	896.215,37 €

O investimento na Fundação, contabilizados os custos de estrutura e funcionamento, permite concluir na multiplicação do montante investido com ganhos refletidos no universo desportivo. O valor de fundos próprios e a dinâmica incutida por força dos Estatutos e natureza jurídica, implica que a continuidade da Fundação dependa da aposta em fundos estruturais, comunitários e outros, que se pode adicionar ao investimento por parte dos Fundadores e Curadores e, desta forma, encontrar novas formas de apoio ao desporto com diversificação de financiamentos, distintos dos apoios do Estado.

Por fim, resta expressar a gratidão da Comissão Executiva aos órgãos sociais da Fundação do Desporto que permitiram o desenvolvimento de toda esta atividade. Em especial, são devidos os nossos agradecimentos ao Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P., aos Membros do Conselho de Fundadores e Curadores, aos membros do Conselho de Administração da Fundação, às Federações Desportivas e Municípios e aos CAR, por toda a colaboração prestada e pela cooperação na procura de novas respostas e soluções para o desporto nacional.

Uma nota final para os diferentes elencos Governativos que entenderam a finalidade e utilidade da Fundação do Desporto e proporcionaram as condições necessárias à prossecução da sua missão.

A COMISSÃO EXECUTIVA

20 de abril de 2017




Carlos Manuel Marta Gonçalves

Presidente do Conselho de Administração





Abel

Amor

Capítulo VII

Demonstrações financeiras

Balanço		Conta de resultados	
Ativo	Passivo	Receitas	Despesas
Ativo Circulante	Capital Social	Receitas Operacionais	Despesas Operacionais
Ativo Não Circulante	Reserva de Lucros	Receitas Extraordinárias	Despesas Extraordinárias
Total	Total	Total	Total



BALANÇO


(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	31/12/2016	31/12/2015
ATIVO:			
Ativo não corrente:			
Outros ativos financeiros	7	9,25	-
		<u>9,25</u>	<u>-</u>
Ativo corrente:			
Adiantamentos a fornecedores	8.4		535,00
Estado e outros entes públicos	8.1	7.182,38	145,97
Fundadores/Associados	8.2	278.912,26	-
Outras contas a receber	8.4	896.379,40	
Diferimentos	8.5	79.247,06	226,25
Caixa e depósitos bancários	4.2	1.282.299,98	1.325.121,27
		<u>2.544.021,08</u>	<u>1.326.028,49</u>
Total do Ativo		<u>2.544.030,33</u>	<u>1.326.028,49</u>
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO:			
FUNDOS PATRIMONIAIS:			
Fundos	8.6	3.656.043,66	3.487.464,40
Resultados transitados	8.6	(2.655.036,22)	(2.778.986,50)
Resultado líquido do período		550,66	123.950,28
Total do Fundo de Capital		<u>1.001.558,10</u>	<u>832.428,18</u>
PASSIVO:			
Passivo corrente:			
Fornecedores	8.3	308.313,45	188.915,84
Estado e outros entes públicos	8.1	6.293,73	5.744,75
Financiamentos obtidos	8.7	-	20.389,72
Outras contas a pagar	8.4	148.649,68	153.550,00
Diferimentos	8.5	1.079.215,37	125.000,00
		<u>1.542.472,23</u>	<u>493.600,31</u>
Total do Passivo		<u>1.542.472,23</u>	<u>493.600,31</u>
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		<u>2.544.030,33</u>	<u>1.326.028,49</u>

O CONTABILISTA CERTIFICADO



ÓRGÃO DE GESTÃO



170271080

49150



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	31/12/2016	31/12/2015
Subsídios a exploração	9	922.260,97	1.086.500,00
Fornecimentos e serviços externos	10	(391.777,42)	(64.641,58)
Gastos com o pessoal	11	(152.069,61)	(187.775,28)
Outros rendimentos e ganhos	12	45.738,28	959,06
Outros gastos e perdas	13	(423.601,56)	(711.091,92)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)		550,66	123.950,28
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)		550,66	123.950,28
Resultado antes de impostos (EBT)		550,66	123.950,28
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		550,66	123.950,28

O CONTABILISTA CERTIFICADO

ÓRGÃO DE GESTÃO



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

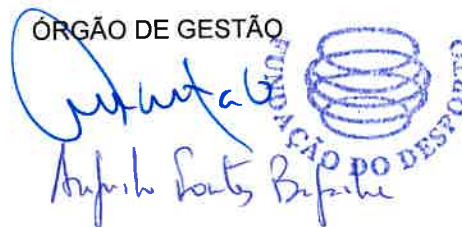
(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	31/12/2016	31/12/2015
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Fundadores/Donativos		880.927,97	961.500,00
Pagamento de Apoios		(490.425,00)	(588.000,00)
Pagamentos a fornecedores		(271.824,00)	(108.990,74)
Pagamentos ao pessoal		(152.376,18)	(187.471,96)
Caixa gerada pelas operações		(33.697,21)	77.037,30
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			-
Outros recebimentos/pagamentos		1.790,88	(17.773,42)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(31.906,33)	59.263,88
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		474,76	583,90
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		474,76	583,90
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	8.6	9.000,00	880.133,91
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(20.389,72)	
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		(11.389,72)	880.133,91
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(42.821,29)	939.981,69
Efeito das diferenças de câmbio			-
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	1.325.121,27	385.139,58
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	1.282.299,98	1.325.121,27

O CONTABILISTA CERTIFICADO



ÓRGÃO DE GESTÃO




DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DE FUNDOS PATRIMONIAIS DE 2015

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
Posição em 01-01-2015	1	2.607.320,49	-	(2.766.736,86)	(13.249,64)	(171.666,01)
Alterações no período						
	2	-	-	-	-	-
Resultado líquido do período	3	-	-	-	123.950,28	123.950,28
Resultado extensivo	4=2+3	-	-	-	123.950,28	123.950,28
Operações com detentores de capital no período						
Realizações de capital		880.133,91	-	-	-	880.133,91
Outras operações		-	-	(13.249,64)	13.249,64	-
	5	880.133,91	-	(13.249,64)	13.249,64	880.133,91
Posição em 31-12-2015	6=1+2+3+5	3.487.464,40	-	(2.778.986,50)	123.950,28	832.428,18

Fundação do Desporto

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DE FUNDOS PATRIMONIAIS DE 2016

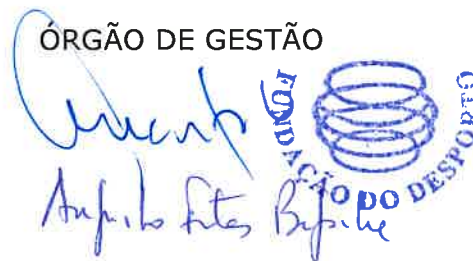
(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	Fundos	Outros instrumentos de capital próprio	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
Posição em 01-01-2016	6	3.487.464,40	-	(2.778.986,50)	123.950,28	832.428,18
Alterações no período						
Alterações de políticas contabilísticas	8.6	159.579,26	-	-	-	159.579,26
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	123.950,28	(123.950,28)	-
	7	159.579,26	-	123.950,28	(123.950,28)	159.579,26
Resultado líquido do período	8	-	-	-	550,66	550,66
Resultado extensivo	9=7+8	-	-	-	(123.399,62)	-
Operações com detentores de capital no período						
Realizações de capital	8.6	9.000,00	-	-	-	9.000,00
	10	9.000,00	-	-	-	9.000,00
Posição em 31-12-2016	11=6+7+8+10	3.656.043,66	-	(2.655.036,22)	550,66	1.001.558,10

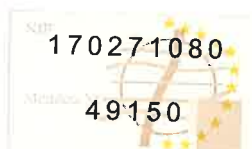
O CONTABILISTA CERTIFICADO



ÓRGÃO DE GESTÃO



FUNDAÇÃO DO DESPORTO





[Handwritten signature]
76:

ANEXO





Nota introdutória

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A **Fundação do Desporto** é uma instituição de direito privado e utilidade pública, conforme despacho número 15859/2013 publicado no Diário da República, 2ª Série, n.º 236, de 5 de Setembro de 2013, com sede no Complexo Desportivo de Rio Maior, Apartado 2 EC, e tem como objeto social apoiar o fomento e o desenvolvimento do desporto, particularmente no domínio da alta competição.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações de acordo com o regime da Normalização Contabilística para as ESNL – Entidades do Setor Não Lucrativo

2.2. O conteúdo das contas das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior, com exceção das rubricas de Fundadores/associados e Fundos (ver notas 8.2 e 8.6).

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas pela Entidade na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF):

3.1.1. PRESSUPOSTO DA CONTINUIDADE

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

3.1.2. PRESSUPOSTO DO ACRÉSCIMO

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

3.1.3. CONSISTÊNCIA DE APRESENTAÇÃO

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro.

3.1.4. MATERIALIDADE E AGREGAÇÃO

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode porém ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração das alterações no capital próprio e na demonstração dos fluxos de caixa ou no anexo.

3.1.5. COMPENSAÇÃO

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido ou permitido por uma NCRF. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume concedidos pela Entidade. A Entidade empreende, no decurso das suas atividades ordinárias, outras transações que não geram rédito mas que são inerentes às principais atividades que o geram. Os resultados de tais transações são apresentados, quando esta apresentação reflita a substância da transação ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transação.

Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos

financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

3.1.6. INFORMAÇÃO COMPARATIVA

Conforme referido na nota 2.2., à exceção das rubricas de Fundadores/associados e Fundos (ver notas 8.2 e 8.6), a informação é comparável com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente, a menos que uma NCRF o permita ou exija de outra forma.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

A comparabilidade da informação entre períodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

3.2. POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

3.2.1. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos fixos tangíveis são apresentados pelo respetivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.2.2. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Os investimentos em subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas são reconhecidos pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da Entidade nos ativos líquidos das correspondentes empresas. Os resultados da Entidade incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas empresas.

Na aplicação do método de equivalência patrimonial seguem-se procedimentos, muitos deles semelhantes aos procedimentos utilizados no processo de consolidação descritos na NCRF 15 – Investimentos em subsidiárias e consolidação. Os conceitos subjacentes aos utilizados na contabilização da aquisição da participação de uma subsidiária são também adotados na contabilização da aquisição de um investimento numa associada.

No método de equivalência patrimonial o investimento numa participada é inicialmente reconhecido pelo custo e a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a parte nos resultados depois da data da aquisição. A parte da participante nos resultados da participada é reconhecida nos resultados da participante, sendo que as distribuições recebidas da participada reduzem a quantia escriturada do investimento. Podem também ser necessários ajustamentos na quantia escriturada do investimento, para alterações no interesse proporcional da participante na participada, resultantes de alterações no capital próprio desta, que não tenham sido reconhecidas nos seus resultados.

Na aplicação do método de equivalência patrimonial os resultados não realizados são anulados. Ou seja, o resultado das participadas deve ser corrigido pelos resultados não realizados relativamente às transações entre a participante e a participada, bem como as transações entre a participada e a participante. Em relação aos resultados não atribuídos, de acordo com a aplicação do método de equivalência patrimonial devem ser feitos ajustamentos pela proporção dos lucros da participada não distribuídos.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de ativos e passivos identificáveis de cada entidade adquirida na data de aquisição é reconhecido como *goodwill* e é mantido no valor de investimento financeiro. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um rendimento do período (*goodwill* negativo).

É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gasto na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

Quando a proporção da Entidade nos prejuízos acumulados da subsidiária, associada ou entidade conjuntamente controlada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é

relatado por valor nulo, exceto quando a Entidade tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da participada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a participada relatar lucros, a Entidade retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

Os ganhos não realizados em transações com subsidiárias, associadas ou empresas conjuntamente controladas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Entidade nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o ativo transferido esteja em imparidade.

As restantes participações são mensuradas ao custo, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

3.2.3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo ou ao justo valor.

- a. O justo valor: estão os ativos e passivos financeiros não incluídos nas categorias do custo, sendo que as variações no respetivo justo valor são registadas em resultados como perdas por reduções de justo valor e ganhos por aumentos de justo valor.

Estão incluídos nesta categoria os seguintes ativos financeiros:

- Participações financeiras em entidades que não sejam subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas (exceto quando se tratam de empresas cujas ações não estão cotadas na bolsa, neste caso, não se podendo determinar com fiabilidade o justo valor, as mesmas são mensuradas ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade);
- Ativos e passivos financeiros detidos para negociação (são adquiridos ou incorridos essencialmente com a finalidade de venda ou liquidação no curto prazo ou pertençam a uma carteira de instrumentos financeiros e apresentem evidência de terem recentemente proporcionado lucros reais. Incluem-se por definição nesta rubrica os instrumentos financeiros derivados);
- Outros ativos ou passivos financeiros que por definição sejam considerados nesta rubrica.

Os ativos financeiros incluídos nas categorias do custo são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados como perdas por imparidade no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é reconhecida em resultados como reversões de perdas por imparidade, não sendo permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

A Entidade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Entidade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.2.4. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

São reconhecidas provisões apenas quando a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum acontecimento passado, e seja provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões, existindo um contrato oneroso quando a Entidade é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tenha associados custos que não sejam possíveis de evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados apenas quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.2.5. RECONHECIMENTO DO RÉDITO

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Entidade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos.

Os rendimentos são reconhecidos na data da realização da prestação dos serviços, ou seja quando incorre nos gastos necessários para a execução dos mesmos.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao pressuposto do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos como outros ganhos e perdas líquidos quando existe o direito de os receber.

O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

3.2.6. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os benefícios do emprego classificam-se em: i) benefícios de curto prazo; ii) benefícios de médio e longo prazo; iii) outros benefícios pós-emprego; e iv) benefícios de cessação.

a) Benefícios de curto-prazo

Os benefícios de curto prazo incluem salários, ordenados, contribuições para a Segurança Social, licença por doença, participação nos lucros e gratificações (pagos dentro dos 12 meses) e benefícios não monetários (cuidados médicos, alojamento, automóveis e bens ou serviços gratuitos).

O gasto relativo a participações nos lucros e/ou gratificações é relevado dentro do período em que o trabalhador prestou o seu contributo (desde que exista uma obrigação presente, legal/construtiva e que a mesma possa ser mensurada com fiabilidade).

b) Benefícios de médio/longo prazo

Incluem-se nesta rubrica os benefícios relacionados com licença de longo serviço, jubileu ou outros benefícios de longo serviço, benefícios de invalidez de longo prazo, e se não foram liquidáveis dentro de 12 meses, a participação nos lucros, gratificações e remunerações diferidas.

A Entidade reconhece o gasto ou o passivo relativo ao benefício à medida que os trabalhadores vão adquirindo o direito ao mesmo, sendo os mesmos mensurados pelo valor presente.

c) Outros benefícios

São ainda considerados benefícios pós-emprego as seguintes rubricas: pensões, outros benefícios de reforma, seguros de vida pós-emprego e cuidados médicos pós-emprego.

d) Benefícios de cessação

Resultam de benefícios pagos em consequência da decisão da Entidade cessar o emprego de um empregado antes da data normal de reforma, ou da decisão de um empregado de aceitar a saída voluntária em troca desses benefícios.

e) Benefícios de remuneração em capital próprio

Resulta do direito a receber por parte do empregado instrumentos de capital próprio emitidos pela Entidade, ou do facto do valor da obrigação a pagar aos empregados depender do preço futuro de instrumentos financeiros de capital próprio emitidos pela mesma.

3.3. JUÍZOS DE VALOR

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

3.4. ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES E PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos, são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos, são divulgados nas demonstrações financeiras se forem considerados materialmente relevantes.

3.5. PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

4. FLUXOS DE CAIXA

4.1. COMENTÁRIO DO ÓRGÃO DE GESTÃO SOBRE A QUANTIA DOS SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES QUE NÃO ESTÃO DISPONÍVEIS PARA USO

Não existem saldos de caixa e seus equivalentes que não estejam disponíveis para uso.

4.2. DESAGREGAÇÃO DOS VALORES INSCRITOS NA RUBRICA DE CAIXA E EM DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica caixa e seus equivalentes inclui numerário, e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses), líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. A caixa e seus equivalentes em 31/12/2016 e em 31/12/2015 detalha-se da seguinte forma:

	2016	2015
Caixa	170,13	121,27
Depósitos à ordem	12.129,85	-
Depósitos a prazo	1.270.000,00	1.325.000,00
	1.282.299,98	1.325.121,27

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

5.1. APLICAÇÃO INICIAL DA DISPOSIÇÃO DE UMA NCRF COM EFEITOS NO PERÍODO CORRENTE OU EM QUALQUER PERÍODO ANTERIOR, OU COM POSSÍVEIS EFEITOS EM PERÍODOS FUTUROS:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes da adoção inicial das NCRF.

5.2. ALTERAÇÃO VOLUNTÁRIA EM POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS COM EFEITOS NO PERÍODO CORRENTE OU EM QUALQUER PERÍODO ANTERIOR (SENDO IMPRATICÁVEL DETERMINAR A QUANTIA DE AJUSTAMENTO), OU COM POSSÍVEIS EFEITOS EM PERÍODOS FUTUROS

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5.3. ALTERAÇÕES EM ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS COM EFEITO NO PERÍODO CORRENTE OU QUE SE ESPERA QUE TENHAM EFEITO EM FUTUROS PERÍODOS

Não se verificaram quaisquer alterações em estimativas contabilísticas.

5.4. ERROS MATERIAIS DE PERÍODOS ANTERIORES

Não se verificaram erros materiais em períodos anteriores.

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31/12/2016 e em 31/12/2015, os movimentos ocorridos na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foram os seguintes:

	Ativo bruto								
	Saldo em 01-01-2015	Aumentos e revalorizações	Abates e alienações	Correcções e transf.	Saldo em 31-12-2015	Aumentos e revalorizações	Abates e alienações	Correcções e transf.	Saldo em 31-12-2016
Equipamento administrativo	30.595,44	-	-	-	30.595,44	-	-	-	30.595,44
Outros ativos fixos tangíveis	674,64	-	-	-	674,64	-	-	-	674,64
	31.270,08	-	-	-	31.270,08	-	-	-	31.270,08

	Depreciações acumuladas								
	Saldo em 01-01-2015	Aumentos	Abates e alienações	Correcções e transf.	Saldo em 31-12-2015	Aumentos	Abates e alienações	Correcções e transf.	Saldo em 31-12-2016
Equipamento administrativo	30.595,44	-	-	-	30.595,44	-	-	-	30.595,44
Outros ativos fixos tangíveis	674,64	-	-	-	674,64	-	-	-	674,64
	31.270,08	-	-	-	31.270,08	-	-	-	31.270,08

	Ativos fixos tangíveis				Ativos fixos tangíveis				
	Saldo em 01-01-2015	Ativo bruto	Variações Depreciações acumuladas	Imparidades	Saldo em 31-12-2015	Ativo bruto	Variações Depreciações acumuladas	Imparidades	Saldo em 31-12-2015
Equipamento administrativo	-	30.595,44	(30.595,44)	-	-	30.595,44	(30.595,44)	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	-	674,64	(674,64)	-	-	674,64	(674,64)	-	-
	-	31.270,08	(31.270,08)	-	-	31.270,08	(31.270,08)	-	-

7. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31/12/2016 a empresa apresentava as seguintes participações financeiras e outros investimentos financeiros:

	Mensuração
Fundo de Compensação do Trabalho	9,25

8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Entidade desenvolve uma variedade de instrumentos financeiros, no âmbito da sua política de gestão, nomeadamente:

8.1. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Apresentamos de seguida a decomposição da rubrica Estado e outros entes públicos em 31/12/2016 e 31/12/2015:

	2016	2015
Autoridade tributária	(2.425,31)	(3.011,03)
Segurança social	5.732,74	(889,44)
Caixa Geral de Aposentações	(2.408,78)	(1.698,31)
FCT	(10,00)	-
	888,65	(5.598,78)
Saldos devedores		
IRC - Retenção imposto s/ rend.	118,69	145,97
Contribuição p/ Seg. Social	7.063,69	-
	7.182,38	145,97
Saldos credores		
IRS - Retenção imposto s/ rend.	(2.544,00)	(3.157,00)
FCT	(10,00)	-
Caixa Geral de Aposentações	(2.408,78)	-
Contribuição p/ Seg. Social	(1.330,95)	(2.587,75)
	(6.293,73)	(5.744,75)

8.2. FUNDADORES

Apresentamos de seguida a decomposição da rubrica Fundadores em 31/12/2016:

	Quantia nominal	Imparidade	Valor líquido	Corrente	Não corrente
ATIVO					
Património Inicial					
Confederação Desporto Portugal	109.699,47		109.699,47	109.699,47	
Modelo Continente Hiper., S.A.	49.879,79		49.879,79	49.879,79	
Galp Energia SGPS S.A.			-	-	
Total património inicial	159.579,26	-	159.579,26	159.579,26	-
Dotações Anuais					
EDP - Energias de Portugal, S.A.	10.000,00		10.000,00	10.000,00	
Sonae - Sport Zone	30.000,00		30.000,00	30.000,00	
Cosmos - Viagens e Turismo, S.A.	10.000,00		10.000,00	10.000,00	
Total Dotações Anuais	50.000,00	-	50.000,00	50.000,00	-
Patrocinadores					
IPDJ - Contrato Programa 2016	69.333,00		69.333,00	69.333,00	
Total Patrocinadores	69.333,00	-	69.333,00	69.333,00	-
Total do ativo	278.912,26	-	278.912,26	278.912,26	-

Apresentamos de seguida a decomposição da rubrica Fundadores em 31/12/2015:

	Quantia nominal	Imparidade	Valor líquido	Corrente	Não corrente
ATIVO					
Entidades Privadas					
Confederação Desporto Portugal	109.699,47		109.699,47	109.699,47	
Modelo Continente Hiper., S.A.	49.879,79		49.879,79	49.879,79	
Galp Energia SGPS S.A.	9.000,00		9.000,00	9.000,00	
Total do ativo	168.579,26	-	168.579,26	168.579,26	-

O valor de 168.579,26 está apresentado, no Balanço, a subtrair à rubrica "Fundos", conforme referido na nota 8.6 - "Fundos".

8.3. FORNECEDORES

	2016			2015		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores - conta corrente	308.313,45	-	308.313,45	188.915,84	-	188.915,84
	308.313,45		308.313,45	188.915,84		188.915,84

8.4. OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR

Apresentamos de seguida a decomposição das outras contas a receber em 31/12/2016 e 31/12/2015:

	2016			2015		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	535,00	-	535,00
Outros devedores						
Agência Desenvolvimento e Coesão - Portugal 2020	896.215,37	-	896.215,37	-	-	-
Outros	164,03	-	164,03	-	-	-
	896.379,40		896.379,40	535,00		535,00

Apresentamos de seguida a decomposição das outras contas a pagar em 31/12/2016 e 31/12/2015:

	2016			2015		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Remunerações a pagar ao pessoal	16.282,32	-	16.282,32	16.589,64	-	16.589,64
Outros credores						
ADSE	63,42	-	63,42	64,34	-	64,34
Subsídios por entregar	132.250,00	-	132.250,00	135.925,00	-	135.925,00
Outros	53,94	-	53,94	971,02	-	971,02
	148.649,68		148.649,68	153.550,00		153.550,00

8.5. DIFERIMENTOS

Apresentamos de seguida a decomposição dos diferimentos ativos em 31/12/2016 e 31/12/2015:

	2016	2015
Gastos a reconhecer		
Subsídios a entregar	79.000,00	-
Seguros	247,06	226,25
	79.247,06	226,25

Apresentamos de seguida a decomposição dos diferimentos passivos em 31/12/2016 e 31/12/2015:

	2016	2015
Rendimentos a reconhecer	-	-
Subsídios	183.000,00	125.000,00
Agência Desenvolvimento e Coesão - Portugal 2020	896.215,37	-
	1.079.215,37	125.000,00

Esta rubrica refere-se a Subsídios, uns atribuídos pelo IPDJ e outros pela AD&C.

8.6. FUNDOS PATRIMONIAIS

Apresentamos de seguida a decomposição dos Fundos Patrimoniais em 31/12/2016 e 31/12/2015:

	2016	2015
Fundos	3.656.043,66	3.487.464,40
Resultados transitados	(2.655.036,22)	(2.778.986,50)
Subtotal	1.001.007,44	708.477,90
Resultado líquido do período	550,66	123.950,28
Total	1.001.558,10	832.428,18

A variação na rubrica de Fundos respeita à alteração ao normativo contabilístico, em vigor desde 01.01.2016, onde consta que o valor do património não realizado passa a figurar no ativo, ao contrário da prática anterior que consistia em subtrair o valor aos fundos patrimoniais, conforme referido na nota 8.2.

Fundador	Saldo em 31-12-2015	Realização	Saldo em 31-12-2016
Confederação Desporto de Portugal	109.699,47		109.699,47
Modelo Continente Hiper, S.A.	49.879,79		49.879,79
Galp Energia SGPS, S.A.	9.000,00	9.000,00	-
	168.579,26	9.000,00	159.579,26

A variação na rubrica de Resultados Transitados respeita à aplicação do resultado líquido de 2015, conforme deliberação da Assembleia Geral.

8.7. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Apresentamos de seguida a decomposição dos financiamentos obtidos em 31/12/2016 e 31/12/2015:

	2016			2015		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Descobertos bancários	-	-	-	20.389,72	-	20.389,72
	-	-	-	20.389,72	-	20.389,72

9. RÉDITO

O rédito reconhecido pela Entidade em 31/12/2016 e em 31/12/2015 é detalhado conforme se segue:

	2016		2015	
	Valor nominal	Valor reconhecido	Valor nominal	Valor reconhecido
Subsídios	922.260,97	922.260,97	1.086.500,00	1.086.500,00
	922.260,97	922.260,97	1.086.500,00	1.086.500,00

10. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Os registos em fornecimentos e serviços externos ocorreram conforme segue:

	2016	2015
Trabalhos especializados	190.932,92	10.031,14
Serviços bancários	307,06	164,36
Publicidade e propaganda	147.848,78	16.663,98
Honorários	130,00	-
Ferramentas e utensílios desgaste rápido	9.923,05	4.761,52
Material de escritório	701,41	525,37
Livros de documentação técnica	40,00	-
Artigos de oferta	441,10	-
Combustíveis	5.686,58	4.487,68
Deslocações e estadas	11.951,19	11.954,03
Rendas e alugueres	12.275,56	10.000,00
Comunicação	4.403,04	2.745,49
Seguros	153,27	36,56
Contencioso e notariado	887,21	597,08
Despesas de representação	2.933,77	921,81
Limpeza, higiene e conforto	465,66	181,76
Outros serviços	2.696,82	1.570,80
	391.777,42	64.641,58

11. GASTOS COM O PESSOAL E BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

O número médio de pessoas ao serviço da Empresa em 31/12/2016 foi de 3 pessoas.

	2016	2015
Remunerações dos órgãos sociais	2.275,00	1.950,00
Remunerações do pessoal	120.158,26	136.886,57
Indemnizações	-	18.000,00
Encargos sobre remunerações	23.091,03	29.809,88
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	1.545,49	981,20
Outros gastos com o pessoal	4.999,83	147,63
	152.069,61	187.775,28

12. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Os registos em outros rendimentos e ganhos ocorreram conforme segue:

	2016	2015
Outros rendimentos	45.263,52	375,16
Juros e rendimentos similares obtidos	474,76	583,90
	45.738,28	959,06

13. OUTROS GASTOS E PERDAS

Os registos em outros gastos e perdas ocorreram conforme segue:

	2016	2015
Impostos	-	1.133,55
Apoios a Eventos	422.750,00	708.925,00
Outros gastos e perdas	851,56	1.008,61
Juros	-	24,76
	423.601,56	711.091,92

Os valores registados em Apoios a Eventos foram entregues às seguintes entidades:



	Valor do Apoio
Apoio Projetos Desportivos desenvolvidos CAR	
Protocolos FD/2016	
Protocolo n.º 01/FD/2016 - Desafiacontece, Lda.	2.500,00
Protocolo n.º 02/FD/2016 - Assoc. Reg. Ciclismo de Viseu - ARCV	1.500,00
Protocolo n.º 03/FD/2016 - Maia Atlético Clube	10.000,00
Protocolo n.º 04/FD/2016 - Jamor Sports Events	5.000,00
Protocolo n.º 05/FD/2016 - Joana Alexandra Schenker	3.000,00
Protocolo n.º 06/FD/2016 - Comité Paralímpico de Portugal	8.500,00
Protocolo n.º 07/FD/2016 - Fed. de Triatlo de Portugal	9.500,00
Protocolo n.º 08/FD/2016 - Fed. de Ginástica de Portugal	4.900,00
Protocolo n.º 09/FD/2016 - Fed. Portuguesa de Ténis de Mesa	9.000,00
Protocolo n.º 07/FD/2016 - In Totum, Lda.	2.500,00
Protocolo n.º 11/FD/2016 - Agrup. Escolas Padre Benjamim Salgado	1.500,00
Protocolo n.º 12/FD/2016 - Maratona Clube de Portugal	5.000,00
Protocolo n.º 13/FD/2016 - Confederação do Desporto de Portugal	8.500,00
Protocolo n.º 14/FD/2016 - Maia stars - Maia Handball Cup 2016	5.000,00
Protocolos CAR/MEC/2016	
Protocolo n.º 01/FD/CAR/MEC/2016 - Fed. Port. Ciclismo	50.350,00
Projetos Desportivos - Protocolos A1/FD/CAR/2016	
Protocolo n.º 01/A1/FD/CAR/2016 - CAR de Viana do Castelo	18.000,00
Protocolo n.º 03/A1/FD/CAR/2016 - CAR de Vila Nova de Gaia	20.000,00
Protocolo n.º 04/A1/FD/CAR/2016 - CAR de Aveiro	17.000,00

Protocolo n.º 05/A1/FD/CAR/2016 - CAR de Nazaré	15.500,00
Protocolo n.º 06/A1/FD/CAR/2016 - CAR de Caldas da Rainha	15.500,00
Protocolo n.º 07/A1/FD/CAR/2016 - CAR de Rio Maior	26.000,00
Protocolo n.º 08/A1/FD/CAR/2016 - CAR de Montemor o Velho	28.000,00
Protocolo n.º 09/A1/FD/CAR/2016 - CAR de Anadia	30.500,00
Protocolo n.º 01/A1/FD/CAR/2016 - CAR de Vila Real Sto. Antório	30.500,00
Sub-total	327.750,00

Apoio Apetrechamento Equipamentos Desportivos CAR

Protocolo A2/FD/CAR/2016

Protocolo n.º 01/A2/FD/CAR/2016 - CAR Viana do Castelo	9.000,00
Protocolo n.º 03/A2/FD/CAR/2016 - CAR Vila Nova de Gaia	7.000,00
Protocolo n.º 04/A2/FD/CAR/2016 - CAR Remo e Canoagem de VN Foz Cõa	11.000,00
Protocolo n.º 05/A2/FD/CAR/2016 - CAR de Aveiro	9.000,00
Protocolo n.º 06/A2/FD/CAR/2016 - CAR Caldas da Rainha	8.000,00
Protocolo n.º 07/A2/FD/CAR/2016 - CAR Rio Maior	13.000,00
Protocolo n.º 08/A2/FD/CAR/2016 - CAR Montemor-o-Velho	8.000,00
Protocolo n.º 09/A2/FD/CAR/2016 - CAR de Anadia	11.000,00
Protocolo n.º 10/A2/FD/CAR/2016 - CAR de Nazaré	8.000,00
Protocolo n.º 11/A2/FD/CAR/2016 - CAR de Vila Real de Sto Antório	11.000,00
Sub-total	95.000,00

TOTAL **422.750,00**



14. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não ocorreram acontecimentos após a data do balanço com impacto nas demonstrações financeiras da Fundação a 31/12/2016.

15. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Fundação do Desporto não apresenta dívidas ao Estado e Segurança social em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro, e Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro.

O CONTABILISTA CERTIFICADO



ÓRGÃO DE GESTÃO



FUNDAÇÃO DO DESPORTO



Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Exmos Senhores,

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre ao Conselho Fiscal emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas da Fundação do Desporto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.
2. O Conselho Fiscal desempenhou as funções que lhe foram confiadas, tendo nomeadamente procedido às verificações que considerou convenientes e apreciado as contas e os atos de gestão mais relevantes da Fundação. Para o efeito, o Conselho de Administração prestou os esclarecimentos e informações solicitados.
3. O Relatório de Gestão apresentado pelo Conselho de Administração descreve com clareza os principais acontecimentos e factos relevantes ocorridos no exercício, a evolução dos meios humanos e materiais e a situação económica e financeira relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.
4. As demonstrações financeiras mostram-se globalmente aderentes ao referencial contabilístico que as suporta (Sistema de Normalização Contabilística - ESNL) e expressam de forma adequada a situação financeira da Fundação a 31 de dezembro de 2016, bem como os resultados das suas operações, as alterações nos seus fundos próprios, e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data.
5. O Conselho Fiscal tomou também conhecimento da Certificação Legal das Contas relativa ao exercício em apreço, emitida pelo Revisor Oficial de Contas.
6. Face ao que antecede, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral:
 - a) Aprove os documentos de prestação de contas do exercício de 2016, tal como foram apresentados pelo Conselho de Administração;
 - b) Aprove a aplicação de resultados proposta pelo Conselho de Administração.

7. Finalmente, o Conselho Fiscal deseja agradecer ao Conselho de Administração e aos Serviços da Fundação toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 20 de abril de 2017

O CONSELHO FISCAL

Vitor Hugo Cardoso Duarte de Moraes Trigo

VÍTOR HUGO CARDOSO DUARTE DE MORAIS TRIGO

Presidente

Carlos Manuel Grenha

OLIVEIRA REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.,

representada por

CARLOS MANUEL GRENHA (ROC n.º 1266)

Vogal

NUNO PITEIRA LOPES

Vogal



Abp

Relatório de Auditoria

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da *FUNDAÇÃO DO DESPORTO (Fundação)*, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 2.544.030 euros e um total de fundos patrimoniais de 1.001.558 euros, incluindo um resultado líquido de 551 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

ÊNFASES

Conforme divulgado no ponto 8.6 das notas anexas às demonstrações financeiras a alteração registada no normativo contabilístico adotado conduziu ao reconhecimento da quantia não realizada do Fundo Patrimonial como ativo (159.579 euros), enquanto em exercícios transatos a mesma realidade (168.579 euros) era reconhecida como redução do Fundo Patrimonial.



1 de 4

De acordo com o divulgado na nota 8.5 do Anexo, continuam reconhecidos em Diferimentos (Passivo), 104.000 euros que respeitam ao remanescente da dotação inicial de 250.000 euros, proveniente do Instituto Português para o Desporto e Juventude (IPDJ), no exercício de 2014, consignado ao criado *Fundo de apoio ao equipamento e apetrechamento dos Centros de Alto Rendimento*.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO E DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Comissão executiva é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O Conselho Fiscal é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.



Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório da direção com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

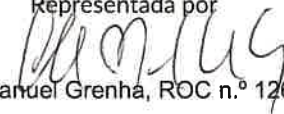
SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais

Lisboa, 21 de abril de 2017

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por



Carlos Manuel Grenha, ROC n.º 1266

